

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

JONIELITON DE AZEVEDO MARQUES

**A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO DE JAGUARIBE, EM JOÃO
PESSOA- PB: Uma Análise a partir da perspectiva da Geografia Histórica (1910-1930)**

**João Pessoa - PB
2015**

JONIELITON DE AZEVEDO MARQUES

**A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO DE JAGUARIBE, EM JOÃO
PESSOA- PB: Uma Análise a partir da perspectiva da Geografia Histórica (1910-1930)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dra. Eliana Alda de Freitas Calado

**João Pessoa - PB
2015**

JONIELITON DE AZEVEDO MARQUES

**A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO BAIRRO DE JAGUARIBE, EM JOÃO
PESSOA- PB: Uma Análise a partir da perspectiva da Geografia Histórica (1910-1930)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia, aprovada pela seguinte banca examinadora:

Professora Dr^a Eliana Alda de Freitas Calado
(Orientadora)

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas
(Examinador)

Professora Ms. Rebeca Maria Aguiar do Nascimento
(Examinadora)

João Pessoa-PB, ____/____/2015.

Catálogo na publicação
Universidade Federal da Paraíba
Biblioteca Setorial do CCEN
Josélia M. O. Silva - CRB15 nº113

D192i Marques, Jonieliton de Azevedo.
A configuração espacial do Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa,
PB : uma análise a partir da perspectiva da geografia histórica (1910-
1930) / Jonieliton de Azevedo Marques. - João Pessoa, 2015.
96p. : il.: color.

Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal
da Paraíba.
Orientador: Prof^a Dr^a Eliana Alda de Freitas Calado.

1. Urbanização. 2. Geografia Histórica. 3. Morfologia Urbana.
4. Bairro Jaguaribe. I. Título.

UFPB/BS-CCEN

CDU: 911.375.1(043.2)

Dedico este trabalho à minha família e a todos aqueles que me apoiaram de forma direta ou indireta em cada passo desta jornada.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço à força do bem, que está sempre a guiar meus passos na do equilíbrio pelo justo, pelo conhecimento e pela paz.

A toda a minha família, que sempre acreditou em mim e que, apesar de todas as dificuldades, sempre depositou confiança no meu potencial.

À minha avó Luzinete, que tanto me amou...

À minha tia Nena, que me ensinou as primeiras letras.

À minha mãe, Isaurina Almeida, pelo amor e carinho.

Às boas amizades que cultivei na vida e que sempre acreditaram na minha capacidade de resiliência.

A Tintin Spike, o gato-coelho, por proporcionar momentos de alegria na vida.

A meu professor de Língua Portuguesa e Literatura Jailton Maciel, que me ensinou além das palavras e que muito influenciou na minha formação cidadã.

À professora Dra. Eliana Alda Calado, por ter acreditado na proposta da pesquisa, por sua dedicação, paciência e pela brilhante orientação.

Aos professores membros da banca examinadora: Professor Dr. Waldeci Ferreira Chagas e à Professora Ms. Rebeca Maria Aguiar do Nascimento, pela paciência e compreensão e contribuições para a realização da pesquisa.

À UFPB e a todos os professores com os quais tive contato durante o curso, e que de alguma forma contribuíram para minha formação, em especial à Professora Dra. Fátima Rodrigues, pelos projetos acadêmicos que desenvolvemos juntos, e à Professora Ana Paula Mendes Silva, pelos ensinamentos que ultrapassam a sala de aula.

Aos Professores Dr. Márcio Rennan Tavares e Daylson Lima pelo apoio para a finalização deste trabalho.

Aos(as) meus amigos(as) do curso, pelos momentos partilhados de aprendizagem e descontração.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a concretização deste momento, mas que não constam nesta lista, a quem lhes atribuo igualmente meu carinho e agradecimento.

Para encontrar alguém ou alguma obra
é preciso sair ao encontro...

Henri Lefebvre

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Frederica Civitas.	15
Figura 02: Sobreposição do mapa holandês à planta cadastral atual da cidade.	16
Figura 03: Panorama da Cidade Alta.	17
Figura 04: Aspecto da Cidade Baixa.	20
Figura 05: Porto do Varadouro, 1928.	25
Figura 06: Localização do Bairro Jaguaribe.	26
Figura 07: Aspectos do Bairro Jaguaribe.	27
Figura 08: Limites do Centro Histórico.	28
Figura 09: Vista aérea parcial do bairro Jaguaribe.	31
Figura 10: Aspectos das ruas da Parahyba, que perduraram até o início do século XXI.	37
Figura 11: Destaque das primeiras ruas do bairro Jaguaribe.	39
Figura 12: Tipo de casa inicialmente construída no Sítio Jaguaribe.	40
Figuras 12 e 13: Aspectos das possíveis primeiras casas de Jaguaribe.	41
Figura 14: Casa localizada na Avenida Aderbal Piragibe.	42
Figuras 15 e 16: Comparação dos níveis de elaboração das fachadas.	42
Figura 17: Fachada da Misericórdia, antes da intervenção do IPHAN em 1938.	44
Figuras 18 e 19: Na primeira imagem, demolição do antigo prédio; na segunda, o novo prédio.	45
Figura 20: Aspectos de uma rua semelhante às primeiras ruas de Jaguaribe.	47
Figura 21: Orfanato Dom Ulrico, localizado no final da Avenida João Machado.	48
Figura 22: Antigo orfanato, hoje no prédio funciona um centro de cursos profissionalizantes.	50
Figuras 23 a 26: Destaque para as edificações do Bom Pastor e Lar da Criança.	50
Figura 27: Avenida Central, 1905.	55
Figura 28: Trecho da Avenida João Machado.	55
Figura 29: Planta da Cidade da Parahyba em 1910, destacando as principais artérias.	56
Figura 30: Detalhe da Planta da Cidade, 1923.	57
Figura 31 a 44: Aspectos atuais da Avenida João Machado	59
Figura 45: Presos por vadiagem trabalhando no calçamento da Rua da Palmeira.	68
Figuras 46 e 47: Jardim Público 1910.	67

Figura 48: Aguadeiro na Gama e Melo.	70
Figura 49: Estação de Abastecimento.	70
Figura 50: Abastecimento de água da Cidade da Parahyba – 1912.	71
Figura 51: Cadeia, s/a.	72
Figura 52: Palácio, s/a.	72
Figura 53: Iluminação no Jardim Público	74
Figura 54: Usina de Luz Elétrica, s/a.	74
Figura 55: Bonde elétrico na Av. João da Mata, década de 1930.	74
Figura 56: Ruas da Cidade da Parahyba com Energia Elétrica em 1912.	75
Figura 57: Casa de palha em Jaguaribe.	79
Figura 58: Residência na Rua Trincheiras.	79
Figuras 59 e 60: Conjunto arquitetônico de influência eclética e implantação colonial.	81
Figuras 61 e 62: Mansões do algodão.	81
Figura 63: Casas soltas no lote.	82
Figuras 64 e 65: Bangalôs.	83
Figuras 66 a 70: Aspectos da Rua Irineu Joffily.	83
Figuras 71 a 75: Aspectos da Rua Rodrigues de Aquino.	85
Figuras 76 a 79: Aspectos da Avenida Capitão José Pessoa	86
Figura 80: Esquema dos fatores que culminaram no esvaziamento das áreas centrais.	89

RESUMO

O bairro de Jaguaribe é um dos mais antigos e tradicionais da cidade de João Pessoa e detém, ainda hoje, um grande e rico patrimônio histórico-cultural. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, através de sua representação espacial, em que podem ser observados alguns elementos que são verdadeiros testemunhos (memória visual) da história do bairro e, portanto, da cidade de João Pessoa. Esta representação nos revela os processos de transformações e permanências desse espaço, referente ao seu período histórico. Edificações vetustas suscitam reflexões acerca dos processos de materialização das relações socioespaciais, formando um rico conjunto arquitetônico na paisagem urbana. O presente trabalho visa analisar o processo de formação espacial buscando compreender de que forma isso influenciou para a configuração da paisagem atual. O procedimento metodológico consistiu em pesquisa documental e bibliográfica (interpretação de mapas, leitura de artigos, dissertações, teses, consultas a revistas e jornais) além de registros fotográficos, procedimento este que nos permitiu fazer um estudo dos processos históricos fundamentais à compreensão das transformações engendradas no espaço, bem como a preservação de alguns elementos ao longo do tempo. Através desta discussão, busca-se preencher uma lacuna temporal que permite compreender a inserção de elementos no contexto da paisagem atual, em meio às demais formas que configuram o espaço na contemporaneidade do bairro.

Palavras-chave: Bairro Jaguaribe; Geografia Histórica; Morfologia Urbana.

ABSTRACT

Jaguaribe is one of the most ancient and traditional neighborhood from João Pessoa's city and, nowadays, it has a large and rich historical and cultural heritage. It can be evidenced, for instance, through of its spatial representation at which can be noticed some elements that are true statements (visual memory) of history of neighborhood, and therefore, João Pessoa's city. The representation reveals to us processes of transformations and continuities of this space, that refers to its historical period. Ancient buildings evoke reflections about processes of materialization of socio-spatial relations, forming a rich architectural complex in the urban landscape. The following work intends to analyze processes of spatial formation seeking to understand how it influenced for configuration of actual landscape. The methodological procedure consisted of documentary and bibliographic research (interpretation of maps, reading of articles, dissertations, theses, consultation in magazines and newspapers) besides photographic records, this procedure contributed to achievement of studies of historical processes that are fundamental to understand transformations engendered in the space, as well as the preservation of some elements over time. Through this discussion, seeks to fill a time gap that contributes for understanding about the insertion of elements in the context of actual lanscape, amid other shapes that constitute the space in contemporaneity of the neighborhood.

Keywords: Jaguaribe neighborhood. Historical Geography. Urban Morphology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO BAIRRO JAGUARIBE	14
CAPÍTULO 1 - A GEOGRAFIA HISTÓRICA E A COMPREENSÃO DO ESPAÇO-TEMPO	22
1.1 O ESTUDO DA PAISAGEM NA GEOGRAFIA	24
1.2 REFLEXÕES SOBRE O BAIRRO	26
1.3 A IMPORTÂNCIA DO ELEMENTO RUA	29
CAPÍTULO 2 - PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CIDADE DA PARAHYBA.....	32
2.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL	32
2.2 TRAJETÓRIA DA EXPROPRIAÇÃO E OCUPAÇÃO DE JAGUARIBE.....	35
CAPÍTULO 3 - OS NÚCLEOS RESIDENCIAIS NO BAIRRO JAGUARIBE, NO INÍCIO DO SÉCULO XX.	41
3.1 AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE POVOAMENTO DE JAGUARIBE.....	47
3.1.2 <i>Santa Casa de Misericórdia da Parahyba – O doutrinamento e o assistencialismo</i>	47
CAPÍTULO 4 – AS INTERVENÇÕES MODERNIZANTES E AS DIFERENCIAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO BAIRRO JAGUARIBE	56
4.1 – A ABERTURA DA AVENIDA JOÃO MACHADO E O MARCO DA MODERNIZAÇÃO NA PARAHYBA.....	57
4.2 AS INTERVENÇÕES MODERNIZANTES: PROJETO DE MELHORIA PARA TODOS OU DISCIPLINARIZAÇÃO DO ESPAÇO?.....	67
4.3 A INSTALAÇÃO DAS ELITES NO BAIRRO DE JAGUARIBE	80
4.4 A MODERNIZAÇÃO DO ESPAÇO E A SEGREGAÇÃO ESPACIAL	89
4.5 A EXPANSÃO DA CIDADE, AS TRANSFORMAÇÕES E AS PERMANÊNCIAS.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

A cidade de João Pessoa é uma das capitais mais antigas do país e encontra-se constituída de formas e objetos que nos permitem analisar e estabelecer uma conexão com o seu passado histórico. O bairro de Jaguaribe, um dos mais antigos e tradicionais da capital paraibana, insere-se nesse contexto por apresentar elementos reminiscentes da história e que compõem sua paisagem atual, representando um importante espaço da formação e organização espacial da cidade.

O presente trabalho busca analisar os processos históricos que provocaram transformações no bairro de Jaguaribe, bem como entender as permanências de determinadas formas e objetos, sob a perspectiva da geografia histórica. Adotaremos como recurso metodológico a pesquisa documental (trabalhos acadêmicos, livros e registros iconográficos, mapas, cartas). Adotaremos a escala bairro com ênfase em algumas ruas devido à importância histórica que cada uma dela representa no processo de formação do bairro.

Nesse sentido, o espaço funda-se como o objeto de estudo, visto que este se configura como um produto das relações e tramas sociais traçados num determinado tempo. É através de seus múltiplos elementos históricos que vamos investigar os processos que ocorreram e que contribuíram para o entendimento das formas de acesso, apropriação e usos do solo, identificando as inter-relações que se materializarão na sua formação espacial através do tempo. Desse modo, enfatizaremos a abordagem de algumas ruas do bairro devido elas terem sido as primeiras no processo de arruamento e que acompanharam as modificações na estrutura espacial e a evolução urbana do lugar, conferindo uma importância na formação da cidade.

Buscando contribuir na compreensão das transformações do espaço urbano da cidade de João Pessoa através do tempo, delimitamos a temática deste estudo com base na geografia histórica, paisagem e rua. A fundamentação da abordagem da pesquisa partiu da seguinte questão central: *Quais as transformações que ocorreram no espaço do bairro Jaguaribe que permitiram as alterações e permanências de determinados elementos históricos na paisagem urbana atual?*

Para esse trabalho, adotamos a escala “bairro” como recorte espacial, procedendo também ao estudo de algumas ruas e as transformações morfológicas da paisagem, com base em estudos e trabalhos acadêmicos de alguns autores e estudiosos.

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva. Os procedimentos metodológicos adotados consistiram na pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, bem como trabalho de campo, com observações *in loco* e registros fotográficos sobre os elementos (ruas, edificações, monumentos) que nos permitem uma análise empírica do objeto de estudo.

Este trabalho será apresentado em quatro capítulos, incluindo a seção introdutória. O primeiro capítulo aborda a bibliografia dos conceitos teóricos sobre o objeto de estudo. No segundo capítulo, a discussão centra-se na perspectiva histórica da cidade da Parahyba e na trajetória de ocupação inicial de Jaguaribe. O terceiro capítulo discorre sobre o processo de povoamento que foi dando forma ao bairro. E, por fim, no quarto e último capítulo abarcará o processo de transformações morfológicas e permanências de elementos que testemunham a história do bairro.

Caracterização Geográfica do bairro Jaguaribe

O bairro de Jaguaribe localiza-se na região central de João Pessoa, capital do estado da Paraíba e, de acordo com Glauber Floro (2007), compreende uma área total de 2.448.195 m², distanciando-se cerca de 1,5 Km do centro da cidade. Conforme análise de Oliveira (2012), a Lei nº 1.574 de 04 de setembro de 1998, assim define os limites do bairro: ao norte, Jaguaribe limita-se com os bairros do Centro (limite da Avenida João Machado) e da Torre (nas proximidades do Orfanato Dom Ulrico); ao sul, com o Varjão e Cruz das Armas (nas proximidades do 15º Regimento de Infantaria); ao leste com a Mata do Buraquinho (Rua Carmelo Ruffo) e a oeste com o bairro das Trincheiras (nas proximidades da Balaustrada).

Ainda segundo a mesma lei, a área compreendida pelo bairro tem início na junção da Avenida João Machado, perpassa o perímetro composto pelas Avenidas Pedro II (antiga Estrada dos Macacos), Paulo Afonso, Feliciano Cirne, Rua Marcílio Dias, Avenida João da Mata e Rua das Trincheiras, tendo como término a já citada Avenida João Machado.

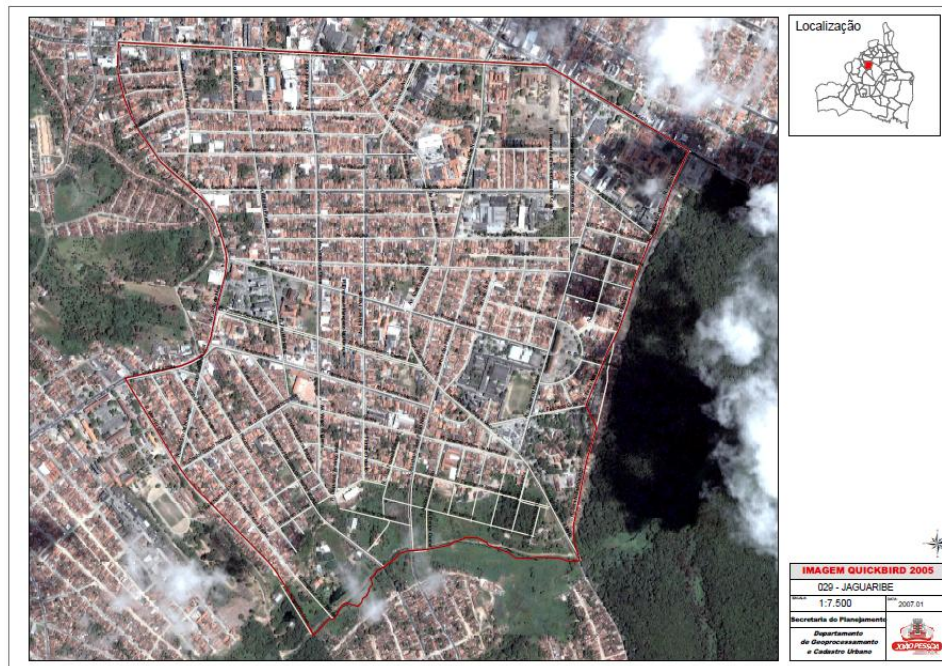


Figura 01 – Localização do Bairro Jaguaribe.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento/PMJP.

Quanto às suas características físicas, o bairro encontra-se assentado no Vale do Rio Jaguaribe, o principal corpo fluvial urbano da cidade. O rio Jaguaribe percorre várias áreas da cidade de João Pessoa. Rafael (2003) afirma que a nascente desse rio se encontra na área sul da cidade da capital, nas proximidades do Conjunto Esplanada, no entanto, o autor não referencia de forma específica onde se localiza a nascente desse rio, lembra Juliana Barros.

Delosmar Mendonça, em seu livro “O Vale do Jaguaribe”, afirma que o rio nasce na região das Três Lagoas, no Bairro de Oitizeiro, passando por cerca de 40 bairros e atravessando mais de 80 comunidades. Acredita-se que o rio Jaguaribe tenha aproximadamente a extensão de 21 km aproximadamente, e traça seu percurso desde o bairro Esplanada, passando por Cruz das Armas, Cristo Redentor, Rangel, Jaguaribe, Torre, Castelo Branco, Miramar e Tambaú, desembocando entre as praias de Ponta de Campina, Bessa e Intermars no Oceano Atlântico.

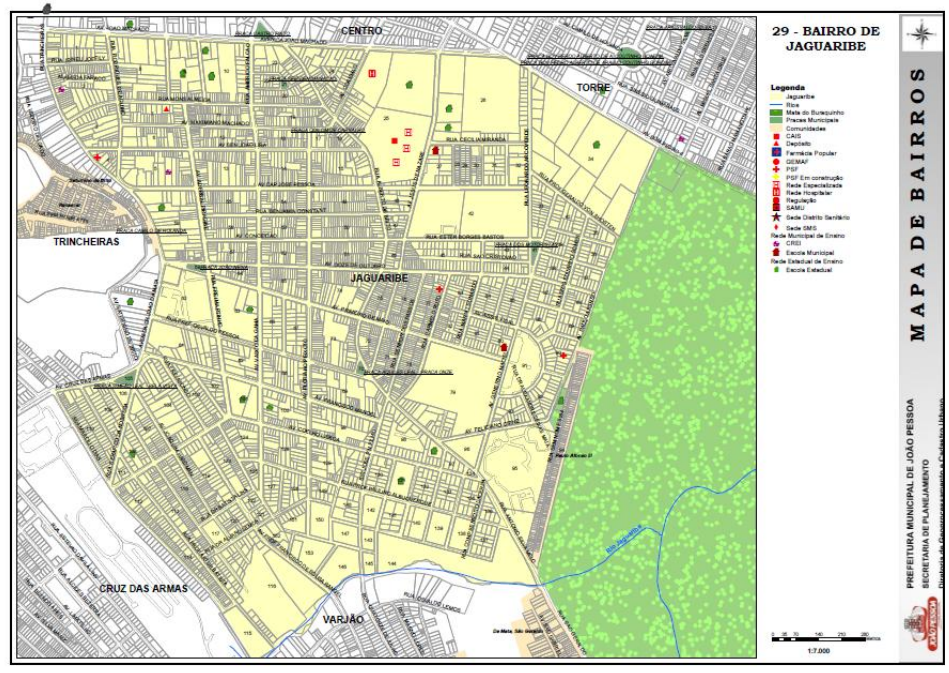


Figura 02 – Aspectos do Bairro Jaguaribe.

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento/PMJP.

De acordo com o Plano Diretor da Cidade de João Pessoa de 1992, alterado pela Lei Complementar n.º 054 de 23 dezembro de 2008, classifica o Vale do Jaguaribe, no seu artigo 39 inciso III, como uma Zona Especial de Preservação (ZEP), que “são porções do território, localizadas tanto na área urbana como na área rural, nas quais há o interesse social de preservação, manutenção e recuperação de características paisagísticas, ambientais, históricas e culturais” (p. 14).

Nesse sentido, o bairro Jaguaribe, além de está situado na área do Vale do Rio Jaguaribe, parte do seu espaço também compreende um trecho do Centro Histórico, mencionado no inciso I do mesmo artigo.

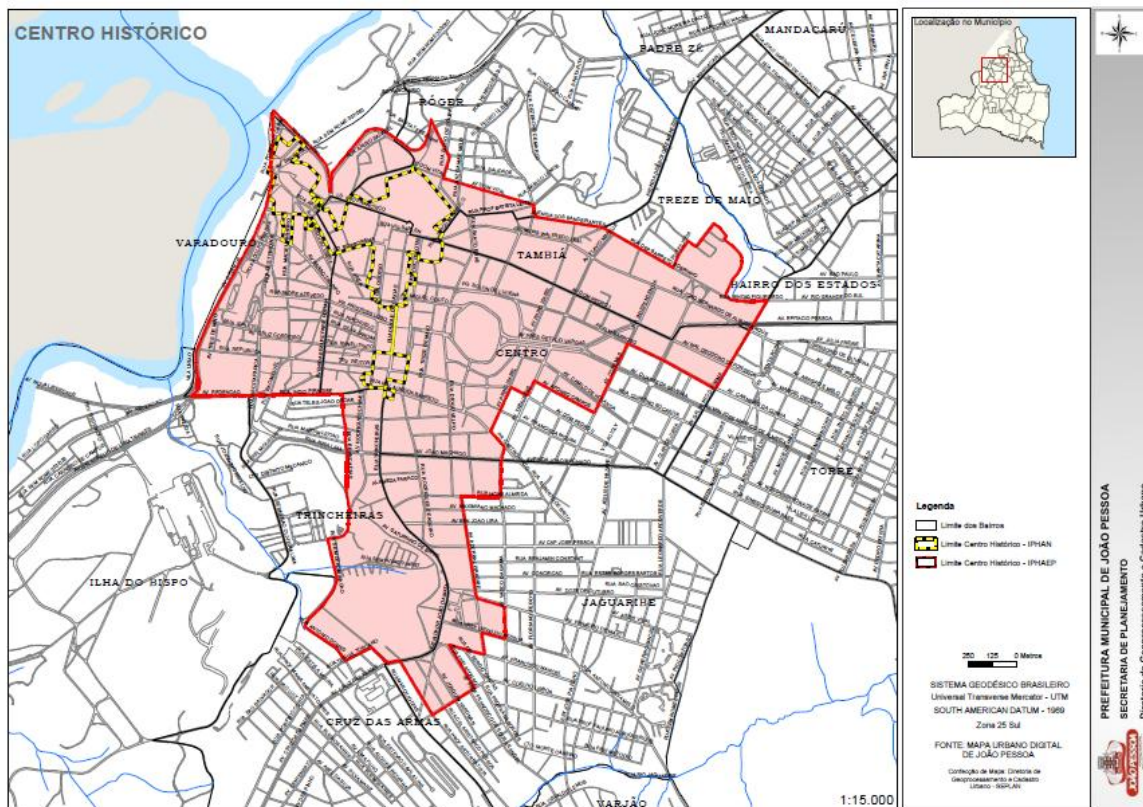
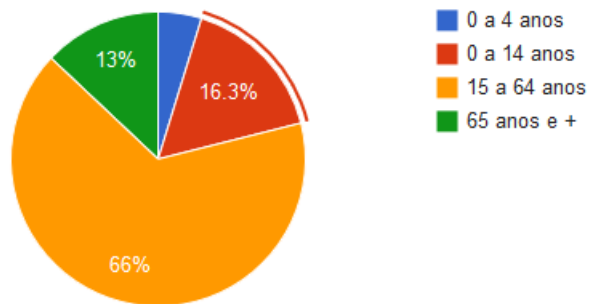


Figura 03 – Limites do Centro Histórico.
Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento/PMJP.

Segundo dados oficiais obtidos do último Censo Demográfico do IBGE, do ano de 2010, o bairro de Jaguaribe possui uma estimativa de 14.651 habitantes, correspondendo a aproximadamente 2% da população residente no município de João Pessoa. Dividindo seus habitantes por sexo, a população masculina representa 6.481 homens, enquanto a população feminina consta de 8.170 mulheres.

Jaguaribe: Faixa etária



Faixa Hetária	População	Porcentagem
0 a 4 anos	733	5%
0 a 14 anos	2505	17.1%
15 a 64 anos	10138	69.2%
65 anos e +	1993	13.6%

Gráfico 01 – Dados da faixa etária populacional de Jaguaribe. Censo IBGE 2010.

Fonte imagem: www.população.net.br

Ainda tomando por base o Censo Demográfico de 2010, Jaguaribe possui 4.919 domicílios registrados, dos quais 4.907 são domicílios particulares, representando 99,76% do total; e 12 são domicílios coletivos, que correspondem a 0,24% dos domicílios do bairro.

Procedendo à classificação dos domicílios particulares, 4.358 encontram-se ocupados, representando 88,06% do todo; e 559 classificam-se como não ocupados (uso ocasional e vago), representando 11,16% das unidades. Já os domicílios coletivos, foram 12 ocupados (0,24%) e 01 sem morador (0,02%).

De acordo com os dados, equacionando-se o total da população do bairro (14.651 moradores) pelo número de domicílios recenseados, obtemos uma média de 3,3 pessoas por domicílio.

TABELA 01 - DADOS TABULADOS SOBRE A POPULAÇÃO DO BAIRRO DE JAGUARIBE

Domicílios particulares permanentes	4919
População residente	14651
População homens	6481
População mulheres	8170
Média de moradores por domicílios	3,3
Índice de envelhecimento	79,5%
Razão de masculino x feminino	78,7%
Proporção de domicílios ocupados	88,8%
Proporção de domicílios não ocupados	11,2%

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2010. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br>



Figura 04: Vista aérea parcial do bairro Jaguaribe.
Fonte: George Coutinho, s/a.

Após essa abordagem inicial sobre os aspectos geográficos do bairro de Jaguaribe, procederemos com a análise das suas transformações morfológicas no decorrer da história, desde as suas origens, expropriação e ocupação, investigando as formas de uso das terras do seu território refletindo sua produção espacial e social.

CAPÍTULO 1 - A GEOGRAFIA HISTÓRICA E A COMPREENSÃO DO ESPAÇO-TEMPO

O bairro Jaguaribe apresenta, em sua paisagem atual, verdadeiras reminiscências do processo histórico e das conseqüentes modificações da estrutura espacial da cidade de João Pessoa. Esses elementos nos remetem a uma reflexão que busca nos orientar a uma análise das transformações e permanências desse espaço. Desse modo, o espaço possui uma perspectiva histórica e representa a coexistência de vários fragmentos de realidades temporais, denotando as permanentes mudanças de produção e reprodução do espaço através das relações sociais através do tempo. Diante disso, a análise do tempo aparece como uma categoria fundamental para traçar um panorama histórico do objeto de estudo.

Conforme Erthal (2003, p. 30) “se a geografia se coloca como um campo de conhecimento preocupado com a dimensão espacial da sociedade, não se pode esquecer que os fenômenos sociais são, também, temporais”. Para o autor, a análise e compreensão de uma organização espacial deve abarcar a importância do espaço e tempo, categorias interligadas entre si. Desse modo, para realizar estudos sobre o passado do bairro, o saber da geografia deverá estabelecer uma articulação com outras áreas de conhecimento, como a história, a primárias (instituições e registros iconográficos) e também em algumas fontes secundárias arquitetura urbanística, a demografia, e economia, entre outras.

Como afirma Silva (2007):

(...) a Geografia Histórica oferece subsídios técnicos e conceituais relativos à pesquisa de documentos históricos, nomeadamente arquivos e mapas; registros territoriais; nomes de lugares; dados estatísticos; fontes literárias e outros, além dos instrumentos para a análise crítica das informações. (p. 07)

Portanto, neste estudo, foram realizadas pesquisas em fontes (trabalhos acadêmicos e livros). Desse modo, a pesquisa documental e bibliográfica se faz necessária como fonte de informações que subsidiem os estudos no processo espaço-tempo. Com isso, pretende-se contribuir para a compreensão do estudo da espacialidade do bairro como produto das interações sociais materializadas na sua paisagem.

Para tanto, é preciso também levar em conta as considerações históricas de alguns autores sobre o objeto de estudo e suas categorias de análise. Milton Santos (1980, p. 31) lembra que Immanuel Kant concebia o espaço “como a condição de possibilidade dos fenômenos”. Essa visão ainda agregava a concepção de espaço como produto da

fenomenologia social, no entanto, desconsiderava o seu aspecto dinâmico. Com a geografia crítica, essa concepção ganhou novos reforços teóricos. Conforme Santos (*apud* ERTHAL, 2003, p. 29), o espaço passou a “ser considerado como produto (histórico e dialético) e fator sociais”.

Deste modo, a antiga concepção do espaço - como localização de fenômenos, neutro, passivo e externo às relações sociais – é substituída por uma nova abordagem, na qual a espacialidade passa a ser resultado e condição das transformações das relações sociais e suas práticas sócio espaciais (SOJA *apud* MARTINS 2014, p. 22).

Nessa abordagem, o tempo se torna uma importante dimensão para a busca da compreensão da construção e transformação espacial como processo e produto histórico. Nesse pensamento, a geografia histórica tem o objetivo de analisar os fenômenos históricos no processo de construção do espaço. A diferença do saber geográfico para outros conhecimentos, que também têm o espaço como objeto de estudo, estaria em espacializar os processos geográficos. Ainda segundo Erthal, essa corrente do saber geográfico “que examina a sociedade através dos materialismos históricos dialético tem alcançado êxito ao ser aplicado na geografia”. (2003, p. 34)

O espaço socialmente construído então ganhará contornos, formas e desenhos segundo a impressão materializada pelos indivíduos que habitam e constroem esse espaço. Como afirma Santos (1988, p. 09) “o conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo”.

Segundo o autor, as formas que se dispõem no espaço representam frações de uma sociedade que sempre está em movimento. Ou seja, cada forma materializada no espaço testemunha um dado momento da história do lugar. Portanto, a materialidade construída vai ser resultado de interações sociais que, por sua vez, utilizam-se dos objetos para se concretizarem.

Santos (1988) ainda considera o espaço como sendo “um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento.” O autor ainda recorda que A. L. Mabogunje (1980) e K. Takeuchi (1974) concebiam o espaço como uma representação do conteúdo resultante da relação entre objetos e dos mecanismos e processos que organizam o sistema espacial de atividades humanas integradas. (p. 10)

Nesse sentido, os materiais e monumentos produzidos pela sociedade, por intermédio dos próprios objetos, resultam na produção do espaço marcado pelo meio de produção do

momento histórico ocorrido. Para Ana Fani Carlos (2011), o espaço é concebido como um produto social, e enquanto elemento dimensional propicia condições para que ocorram fenômenos sociais, políticos e econômicos que se materializem no decorrer da história. A autora dialoga com os autores anteriores no que concerne à discussão do espaço enquanto realidade concreta articulada ao movimento de reprodução da sociedade.

Nascimento (2013, p. 17), se ancorando nas palavras de Carlos (2011), defende que “o espaço é produzido em função do processo produtivo geral da sociedade”. A produção do espaço resulta do movimento histórico e dialético de reprodução social por meio do trabalho humano. Visto ser o trabalho um processo cumulativo, por conseguinte, a relação sociedade-espaço apresenta em cada período histórico uma especificidade (CARLOS, 2011).

Nesse contexto, o tempo e espaço são categorias essenciais que nos revelam as formas-conteúdo do processo de reprodução social. Desse modo, as transformações do tempo e do espaço refletem na reprodução social do corpo dimensional ao passo que dão sustentação para que novas mudanças aconteçam.

1.1 O estudo da paisagem na Geografia

O termo paisagem surge no século XV para designar recortes de um cenário natural. Após três séculos, esse termo foi incorporado às descrições dos viajantes, que relatavam, em seus escritos, os lugares pelos quais visitavam, como uma forma de conhecer os seus aspectos. No entanto, esses registros não consideravam a dimensão social da paisagem, tornando-se meras observações sobre a natureza.

Influenciados pelas teorias do materialismo dialético, os estudos geográficos, a partir da década de 1970, passaram a tecer críticas à concepção da paisagem que se limitava às características físicas do espaço, que resultou em novos conceitos e formas de abordagens. Com proposições que abarcavam a dimensão social, as novas formulações defendiam que, na paisagem, os aspectos físicos e humanos são indissociáveis.

Para Santos (1988, p. 21), tal como o espaço, a paisagem também resulta de “movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos”.

Martins (2004, p. 139) lembra que, para Capel (2002), a paisagem é o reflexo da cultura, da economia e das funções urbanas: ela apresenta características diferenciadas nos

setores ricos e pobres da cidade em muitos aspectos, inclusive na qualidade construtiva dos espaços públicos e dos edifícios, sendo possível identificar paisagens associadas à atividade econômica – comercial, residencial, industrial, lazer, etc.

Cada tipo de paisagem representa os diferentes momentos das forças reguladoras de produção do espaço. Assim, ela apresenta uma heterogeneidade de formas, tanto naturais quanto artificiais. Quanto mais complexa for a sociedade, maior será a multiplicidade de suas funções dos sujeitos sociais e a variedade de formas. Por conseguinte, a organização espacial vai sofrendo modificações que variam para atender as demandas decorrentes de seus atores sociais. Desse modo,

Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem a anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. (SANTOS, 1988, p. 23)

Nessa permanente mudança, cada período vai se caracterizando pela aplicação de novas técnicas, produzindo um conjunto de objetos que vão marcar o período histórico na sociedade. A produção do espaço é um processo que não anula o passado, mas o utiliza como base para as construções presentes e futuras. Ela é ao mesmo tempo resultado e condição para a reprodução da sociedade, isto é, das suas relações que se manifestam na prática espacial (LEFEBVRE *apud* MARTINS, 2014).

Para cada momento da história, haverá formas referentes ao sistema social predominante na época. No entanto, a paisagem apresenta-se como um mosaico de elementos. Com as permanentes transformações, objetos são adicionados enquanto outros são subtraídos. Porém, algumas formas que marcam um período passado resistem às mudanças e sobrevivem com as novas.

Segundo Santos (1988), as alterações sobre a paisagem decorrem de dois tipos. Quando ocorre a variação de funcionamento de seus elementos ao longo do tempo, seja ele curto ou prolongado, a paisagem está caracterizada como funcional. Por outro lado, ocorre a mudança estrutural acontece quando surgem novas formas para atender uma determinada demanda social, podendo ser compreendida também como o uso de velhas formas atribuindo-lhes novas funções. É a relação entre a organização espacial e a estrutura socioeconômica e política que vai (re)definindo os tipos de paisagens.

Por sua vez, Cosgrove (1998 *apud* MARTINS, 2014) dividiu os tipos paisagens associando-as às ações dos seus atores sociais, as quais ele chamou de paisagem da cultura dominante e as paisagens alternativas. Conforme o autor, a paisagem da cultura dominante se constitui naquela resultante das ações das camadas sociais poderosas que controlam os meios de vida. Daí decorre o fato desses agentes disporem de recursos que possibilitem a construção do espaço e a reprodução de valores que prevaleçam o seu domínio sobre os demais. Em vista disso, as paisagens alternativas representam aquelas produzidas pelas classes menos favorecidas, que imprimiram no seu espaço de vivências alguns elementos que com o passar do tempo se tornam efêmeros, residuais no cenário de sucessivas transformações materiais.

Relacionando os tipos de paisagens definidas por Santos (1988) e Cosgrove (1998) com aquela observada, atualmente, no Bairro Jaguaribe, percebe-se que houve este bairro apresenta uma paisagem tanto funcional quanto estrutural, além de preservar, em seu espaço, elementos de um período dominado por classes privilegiadas. A sua configuração atual resulta de intervenções do poder público remodelando o espaço, atribuindo-lhe novas funções segundo interesses do capital imobiliário e comercial.

De acordo com Carlos (2001) vale ressaltar que, como manifestação formal da produção social e do urbano, a paisagem vai além da aparência e do perceptível, ela guarda diversos momentos do processo de (re)produção espacial, fornecendo elementos para a sua análise e discussão do seu desenvolvimento.

Nesse contexto, a maneira com que se dá a produção e as relações entre os agentes sociais é que irão conferir contornos e formas à paisagem. Deste modo, o estudo da paisagem não se limita às suas formas, mas busca também em seu conteúdo a explicação para suas permanências e mudanças.

1.2 Reflexões sobre o bairro

Nas considerações do processo de construção e organização espacial, o bairro adquire uma importância enquanto lugar de relações sociais que acabam articulando movimentos que acabam por (re)produzir o espaço e constituir a cidade. Mendonça e Gonçalves (2010) afirmam que “o bairro pode ser observado como sendo uma espécie de microespaço dentro da própria cidade”. (pag. 2)

Nesse sentido, a cidade se apresenta como reflexo das tramas desenvolvidas em cada um dos núcleos que a “compõem e a decompõem”. O bairro, então, revela-se como o fragmento do lugar onde ocorrem as experiências em sociedade e estabelece um nível de vínculo com o espaço apropriável a vida. Portanto o bairro se apresenta como uma importante escala de estudo, ao passo que se configura como “estrutura em que as relações sociais se concretizam” e “desempenham um relevante caráter histórico, alicerçado em suas origens, ocupação e formas de uso do seu espaço.” (MENDONÇA E GONÇALVES, 2010, p. 02).

Ancorando-se nas afirmações das autoras, a dinâmica do bairro, enquanto movimento das relações entre seus indivíduos e os objetos contidos no interior do espaço, permite traçarmos um levantamento histórico sobre esse lugar e estabelecer uma conexão com a historicidade da cidade, e compreender as origens e processos do espaço socialmente construído.

Kevin Lynch, em seu livro “A Imagem da Cidade”, tece considerações sobre a importância do bairro enquanto espaço como expressão no interior da cidade. Conforme o autor:

Os bairros são áreas citadinas relativamente grandes em que o observador pode penetrar mentalmente, e que têm alguns aspectos comuns. Podem estar organizados do ponto de vista interno e, ocasionalmente, podem servir de ponto de referência externo, quando alguém por eles passa ou os atravessa. (LYNCH, 1997, p.74).

Neste sentido, as características físicas que determinam os bairros são continuidades temáticas que podem consistir numa infinita variedade de componentes: textura, espaço, forma, detalhe, símbolo, tipo de construção, usos, atividades, habitantes, estados de conservação, topografia, etc.

Conforme Halley (2013, p. 2), o entendimento de bairro não deve ser apenas como “(...) um espaço físico delimitado, com suas formas e funções específicas, mas como um lugar de vivência íntima, demarcado e consagrado afetivamente por seus moradores em profundas e duradouras relações de parentesco, vizinhança e compadrio”. Desse modo, o bairro é concebido como um lugar que suscita pertencimento, onde seus moradores criam laços a partir de relações entre si e com o espaço onde ocorrem experiências identificadas como tramas sociais. Estas, por sua vez, são enredos historicamente conduzidos por marcos referenciais. Ainda segundo o autor, esses marcos do bairro são concebidos como referências materiais dotadas de um legado simbólico, transmitidos por gerações e gerações, e em cujas

imagens mentais dos moradores se encontram melhor configuradas no âmbito de um sentimento coletivo de pertencimento a um determinado bairro. (HALLEY, 2013, p. 2)

Desse modo, o bairro resulta de relações sociais históricas estabelecidas através de tramas que dão sustentação ao sentimento de pertencimento ao lugar, e demarcado pelos objetos ou materiais solidificados na unidade espacial de profunda importância à compreensão das transformações de uma cidade ou da sociedade como um todo.

Segundo Nogueira (2000), a paisagem urbana, às vezes contrastante, é o testemunho vivo de uma resistência remanescente ao novo e ao moderno incorporados ao bairro em seu constante processo de mudança. No movimento da modernização do meio urbano e expansão da cidade para áreas menos povoadas e com potencial para reprodução do capital, configurando-se como materialização no espaço, a paisagem tende a sofrer modificações rumo à sobreposição de seus objetos e signos.

Conforme K. Marx (*apud* NOGUEIRA, 2000), as estruturas consideradas arcaicas e atrasadas são todas vulneráveis à lógica do capital, que as transforma e incorpora ao seu domínio, no momento em que isso lhe convém e segundo seus interesses, num processo de geração de valor.

Nesse contexto, alguns bairros se configuram num verdadeiro mosaico de elementos: objetos históricos resistindo ao lado de outros resultantes da força produtiva da modernização. Ademais, acrescenta-se ainda a necessidade de se preservar a memória do lugar expressa em seu patrimônio paisagístico e cultural. Diante disso, algumas estruturas sociais resistem ao tempo, sobrevivendo à lógica de organização espacial transformada pelo modo de produção capitalista.

A própria paisagem urbana da cidade desvela traços e elementos culturais que têm resistido à inevitável passagem do tempo, continuando vivos não apenas nas atividades de trabalho, no lazer, nas manifestações do sagrado e do profano, mas sobretudo no imaginário dos seus moradores. (NOGUEIRA, 2000, p. 115)

Nesse aspecto, as fachadas das edificações representam uma importância simbólica que nos revela traços de resistência de um período histórico, ao passo que se interliga com as novas construções e configura as feições do bairro contemporâneo.

O capital apresenta-se como força produtiva e reguladora do espaço sob a funcionalidade econômica da época. Desse modo, o bairro vai sofrendo transformações históricas, entretanto, devido à resistência social a essas mudanças, nele permanecem algumas características de um espaço tradicional. A transformação da paisagem urbana ocorre

principalmente em função da reprodução do capital como regulador do espaço. Intervenções são realizadas apontando para novos rumos, entretanto alguns remanescentes elementos ou objetos mantêm-se resistindo ao tempo e às modificações modernas, provocadas pela valorização do capital e reprodução do espaço como mercadoria.

A investigação da formação histórica do bairro deve identificar fatores estruturais que interliguem as interações entre os agentes sociais que se identificam com o ambiente através da percepção, da compreensão e da imaginabilidade. Portanto, o bairro se constitui de construções simbólicas edificadas pela sociedade que os habita, a partir de um processo que envolve manifestações culturais, relações sociais e políticas e processos de interação mental com a imagem da cidade. Com isso, o estudo do bairro é importante para produzir um conhecimento que investigue os processos de transformações dessa porção de lugar dentro da cidade.

No bairro de Jaguaribe, podem-se constatar evidências que dialogam com as considerações teóricas, quando observamos tanto na disposição de elementos, quanto na relação de seus moradores com o lugar no qual habitam ou até que ali não residam, mas que ali vivenciaram, num determinado período histórico, algum fato memorável, estabelecendo com o bairro uma relação de pertencimento ou afeto, o quanto que esse bairro está imbuído de história socioespacial que pode revelar aspectos das origens e mudanças estruturais que contribuíram para a configuração da paisagem e na vida cotidiana de seus habitantes.

1.3 A importância do elemento rua

No estudo da paisagem, a rua se apresenta como uma forma que reflete a estrutura da organização espacial, econômica, política e social do lugar. Segundo Maia (2000, p. 32), “a rua pode ser entendida como o lugar em que a cidade se manifesta e onde se materializam, ao longo do processo histórico, as transformações na morfologia, na paisagem urbana e no cotidiano”.

Diante disso, o estudo da rua se revela importante para a compreensão do processo de transformações da cidade e do fenômeno da urbanização decorrente desse elemento espacial unitário. É a partir da análise das transformações do uso do solo da rua, que podemos apreender os mecanismos e a dinâmica de ações que acabam por refletir organização espacial da cidade, decorrentes de intervenções políticas, e expressões sociais e culturais.

Portanto, a rua é “onde se materializam as transformações na trama física e na paisagem da cidade e ainda é o lugar de manifestações das relações sociais, das diferenças e das normatizações do cotidiano em momentos históricos diversos.” (MAIA, 2003, p.01)

Conforme as palavras de Yi-Fu Tuan (1983, p. 189), “a rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um (...)”. Desse modo, a rua é um elemento morfológico passível de grandes mudanças no tempo histórico e que refletem na sua trama física as mudanças sociais e culturais.

Afirmara Capel (*apud* HALLEY, 2013) que, enquanto elemento morfológico fundamental da cidade, a rua expressa a vida urbana. Portanto, o estudo desta porção específica do espaço urbano permite a compreensão de processos e acontecimentos que se realizam na cidade.

As ruas são uma parte importante da imagem das pessoas, pois são fundamentais para os percursos habituais, ocasionais ou potenciais. Ao abordar a rua como objeto de estudo, Carlos (2001) afirma que ela configura a cidade a partir de sua forma, de sua função, do seu uso, de sua apropriação, de seus conflitos e de sua diversidade. Os escritos históricos sobre as cidades brasileiras registram as primeiras ruas caracterizadas como tortuosas e conformavam os traços dessas cidades, bem como refletiam o modo de vida que se realiza nesse *locus* social. Configurados como espaços simples, contavam com pequeno número de ruas mal traçadas, apresentando construções modestas e pouca dinâmica social. A partir da incorporação dos valores e intervenções advindos da modernidade, a conformação das ruas sofrerão mudanças para configurar outra estrutura urbana, incidindo principalmente nas formas das ruas, para adequá-las aos novos usos e proporcionar transformações no cotidiano social. Portanto, “no processo de urbanização, a rua apresenta-se como lugar de realização de um tempo-espaço determinado”. (MAIA, 2003, p. 01)

Nesse sentido, a rua transcende a definição de lugar apenas como orientação à chegada aos locais desejáveis, e se revela como lugar de relações e conflitos sociais históricos, materializadas no espaço como objetos e formas resultantes das normas e técnicas predominantes aplicadas.

Para esta pesquisa, trabalharemos especialmente com a Avenida João Machado, a Rua das Trincheiras e Rua da Palmeira, por considerarmos que apresentam importantes valores históricos ligados às origens da formação espacial do Bairro Jaguaribe bem como da cidade de João Pessoa. O recorte temporal analisado terá atenção especial ao período de 1910-1930,

no qual ocorreram fatos muito marcantes para as transformações morfológicas do bairro ligado à história da cidade.

CAPÍTULO 2 - PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CIDADE DA PARAHYBA

2.1 O processo de ocupação territorial¹

Com a conquista da Capitania Real da Parahyba, no ano de 1585, a Coroa Portuguesa deu início a um projeto de ocupação de seu território para protegê-lo de possíveis ataques inimigos e assegurar o poder sobre esse espaço. Para se apropriar das vastas terras da colônia, a metrópole portuguesa adotou a estratégia da concessão de sesmarias. Porém, estes lotes de terras eram concedidos apenas aos súditos que gozavam do prestígio do rei de Portugal. Os colonos que comprovassem condições financeiras para tal intento, através de decretos reais recebiam terras da Coroa de Portugal para nelas realizarem benfeitorias necessárias ao povoamento.

Construída sob o signo da funcionalidade econômica do período, João Pessoa² foi criada para promover a acumulação primitiva de capital e também atender as necessidades e exigências da metrópole europeia, como resultado das imposições do antigo sistema colonial. (NOGUEIRA, 2000).

Diferenciando-se de outras capitais, como Salvador, por exemplo, a ocupação inicial da cidade de João Pessoa não ocorreu pela orla marítima, comum a outras cidades da colônia. Por questões de defesa, foi iniciada mais precisamente à margem direita do rio Sanhauá, recorda Nogueira. Durante muito tempo, a cidade foi se desenvolvendo nesse entorno, com edificações de residências e instalações de estabelecimentos comerciais, e a estruturação da malha urbana da cidade.

Sabe-se que as primeiras edificações da cidade, hoje denominada João Pessoa, foram erguidas aproveitando a topografia local — margens de rio e tabuleiro (planalto costeiro) ou entre o rio e a colina. No alto, surgiram as primeiras ruas e as primeiras igrejas e, na parte baixa, às margens do vale do Sanhauá, foi construído um armazém para mercadorias, vizinho ao porto e à igreja de São Pedro Gonçalves. (MAIA, 2003, p. 04)

Segundo Oliveira (2010), nos períodos iniciais de sua fundação, o espaço ocupado da capital paraibana estava concentrado nessa área em razão da mesma se apresentar como a

¹ Referimo-nos à ocupação europeia, pois segundo a historiografia oficial, antes da chegada dos portugueses na América, essas terras já estavam ocupadas pelos nativos, que receberam a denominação de indígenas.

² Inicialmente denominada de Nossa Senhora das Neves, já foi fundada com status de cidade. Também recebeu a denominação de Filipeia, durante o domínio espanhol; Frederikstadt ou Frederica, durante a ocupação holandesa; e Parahyba do Norte, até o ano de 1930, quando passou a chamar-se João Pessoa.

principal e mais importante rota de entrada e saída de produtos comerciais. Nesse sentido, a Cidade da Parahyba passou a adquirir as funções de cidade administrativa e comercial. Essa dimensão da compreensão da cidade como produto de cada período histórico é fundamental para entendermos as transformações no decorrer da história.

De acordo com Silva (2010), o assentamento da capital se deu pela instituição de um núcleo administrativo, político, militar e religioso. Neste sentido as ordens religiosas desempenharam um importante papel na ocupação do espaço, pois os jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos contribuíram de forma fundamental para o desmembramento e povoamento da Parahyba.

A partir da venda de terras pela igreja é que a Parahyba obteve a posse sobre o solo, em princípio formando sítios chamados de sesmarias de chãos. Provavelmente a igreja tenha contribuído para o processo do parcelamento do solo, porque o sítio urbano e as cercanias eram divididos entre as quatro ordens(...). (SILVA, 2010, p.18)

Vale salientar que essa ocupação se deu de forma gradual, abarcando os espaços públicos e privados necessários ao comércio, trabalho, moradia e lazer. Portanto, os principais núcleos da colonização da Paraíba tinham as suas construções e moradias margeadas pelo baixo planalto costeiro e ocupava a área que ia em direção à região central da cidade (Fig. 05).

Assim, todo o povoamento e edificações decorrentes da ocupação portuguesa estavam construídos na área central/fluvial, estrategicamente localizados para dar suporte ao fluxo de comercialização de produtos.

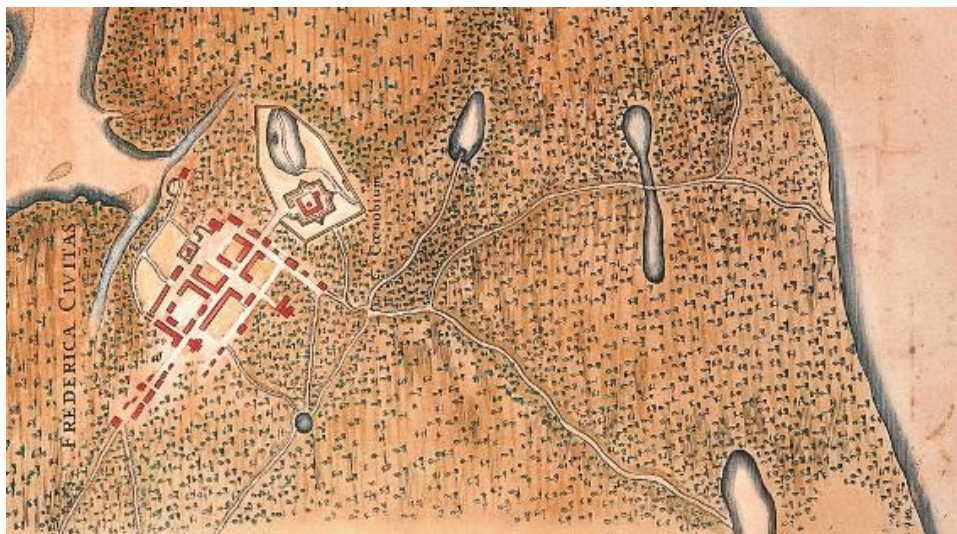


Figura 05: Frederica Civitas.
Fonte: Reis Filho, 2000.



Figura 06: Sobreposição do mapa holandês à planta cadastral atual da cidade.
Fonte: Lima, 2008.

- | | |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| Convento de São Francisco (A) | Rua Direita atual Duque de Caxias (1) |
| Convento Carmelita (B) | Travessa do Carmo (2) |
| Convento Beneditino (C) | Beco da Companhia (3) |
| Igreja Matriz (D) | Travessa da Misericórdia (4) |
| Misericórdia (E) | Largo (5) |
| Capela Jesuíta (F) | Praça Rio Branco (6) |



Figura 07 – Panorama da Cidade Alta.
Fonte: Stuckert

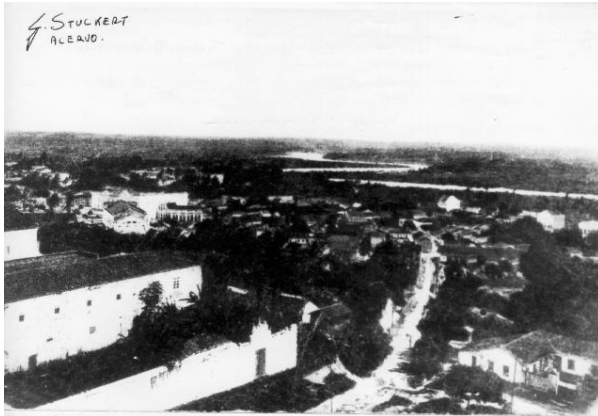


Figura 08 – Aspecto da Cidade Baixa.
Fonte: Stuckert.



Figura 09 – Porto do Varadouro, 1928.
Fonte: Walfredo Rodriguez.

Portanto, verifica-se então que a cidade desenvolveu-se num sítio colinoso à margem direita do Rio Sanhauá e sua parte mais baixa foi ocupada pelas atividades de comércio. Na sua porção mais alta, localizaram-se órgãos administrativos culturais, religiosos e prédios residenciais de padrão alto.

Essa organização do espaço perdurou até a metade do século XIX, quando a cidade passa a avançar além dos limites da área ocupada desde os primórdios de sua fundação, no final do século XVI. Nesse contexto, a área que hoje corresponde ao bairro Jaguaribe, que permaneceu sem ser explorada até meados do século XIX, passa a fazer parte do projeto de povoamento da cidade.

2.2 Trajetória da expropriação e ocupação de Jaguaribe

Segundo a historiografia oficial, Jaguaribe era povoado por indígenas da tribo Potiguar, grupo tupi que habitava a faixa litorânea que hoje corresponde às regiões do Rio Grande do Norte e da Paraíba. A palavra Jaguaribe tem sua origem na língua indígena (*Jaguar-y-pe*), significando “rio dos jaguares³”.

De acordo Deslomar Mendonça a primeira referência ao Rio Jaguaribe foi feita no Sumário das Armadas, quando foi descrito o nascimento da Cidade de Nossa Senhora das Neves:

³ VER PALMEIRA, Balila. **O Bairro de Miramar**: sua história seus moradores. João Pessoa: Grafset, 1997.

Ao outro dia, o ouvidor geral ouvindo missa antes de sair o sol, caminhando, e andando nestas jornadas, sempre lhe dissemos, foi logo a pé ver alguns sítios, e à tarde a cavalo até o ribeirão do Jaguaripe, para o cabo branco, e outras partes, com o que se recolheu à noite estafado. (2008, p. 23)

Ainda segundo o autor, com a expulsão dos jesuítas (no século XVIII), o *Sítio Jaguaribe*, anexo ao Sítio Trincadeiras, foi confiscado, e tempos depois, foi dado em sesmaria a Manuel Caetano e sua mulher, Sofia de França Veloso, tendo pertencido, após o ano de 1856, a vários outros.

Com a chegada dos portugueses, os nativos entraram em conflito com o colonizador europeu, que os expulsou de suas terras e as tomou sob o domínio português. Esse território passou a integrar a Capitania Real da Parahyba e a incorporar o regime de concessão de terras adotado pela metrópole.

A Coroa Portuguesa tomou posse do território brasileiro por aquisição originária, isto é, por direito de conquista [...] Para promover o povoamento, foi utilizado o já conhecido instrumento jurídico da sesmaria resultando daí a concessão de propriedades totalmente alodiais, isto é, livres de quaisquer senhorios, mas que deveriam ser cultivadas num determinado prazo, sob pena de cancelamento da concessão. (*apud* NASCIMENTO, 2014, p. 96).

Tomando como exemplo o território do Sítio Jaguaribe, que mesmo tendo sido concedidas as suas terras, houve pouco interesse de ocupação por parte de seus proprietários e, durante décadas, manteve-se pouco habitada.

Em 1822, Dom Pedro I declara a Independência do Brasil. No mesmo ano, José Bonifácio, através da resolução 76, decide acabar com a livre concessão de terras no país, devido ao alto descontrole nas doações. Nos anos que se seguem, como afirma Smith (1990), o Brasil passa por crises políticas apresentando um cenário instável. Passou-se a discutir a questão fundiária nessas terras. Um ponto importante nessa discussão era o registro de terras e a diferenciação entre as terras particulares ou privadas das terras públicas. Com a pressão da Inglaterra para que o Brasil extinguisse a escravidão, a elite brasileira se articulou com a classe política para criar um mecanismo para controlar as terras, evitando que elas fossem ocupadas por escravos libertados ou pelo migrante europeu que os substituiria.

Em 1850, no Brasil, foi promulgado o projeto nº 94, a Lei de Terras⁴, que implicou em mudanças no modo de aquisição de terras, instituindo a propriedade privada e atribuindo preço de compra, venda e troca, seja ela rural ou urbana:

A Lei de Terras também deve ser entendida como uma necessidade do próprio Estado em recobrar o controle sobre as terras devolutas, termo que já etimologicamente esconde o caráter de terras publicas cujo estoque deveria ser objeto de um controle social vinculado ao interesse tanto da sua utilização produtiva, quanto da substituição de escravos por trabalhadores livres. (SMITH, 1990, p. 336)

Em seu comentário, Smith faz uma crítica ao Estado em relação à organização e registro das terras devolutas⁵. Para o autor, as terras devolutas deveriam ser distribuídas para agricultores pobres, visto que estes trabalhadores contavam apenas com o desejo de produzir, porém não possuíam terras para tal, nem tão pouco dispunha de dinheiro para comprá-la. No entanto, o governo desejava manter o controle sobre as terras devolutas para gerar renda e atender aos interesses da elite agrária brasileira.

Com a instituição da lei, altera-se o modo de relação com a estrutura fundiária, no Brasil. Da prática de concessão de terras, passa-se agora a defini-la como mercadoria. A Lei de Terras de 1850 regularizou a situação jurídica dos proprietários de terra, e isso foi um passo relevante, visto que não só legitimou a propriedade privada, como também atribuiu um papel destacado aos proprietários de terra na organização social e política do país (SILVA *apud* Nascimento, 2014).

Tratou-se de uma manobra política para evitar que os negros escravos recém-libertados tivessem acesso a terra para nela construir morada ou trabalhar. Essa estratégia contribuiu para agravar a concentração da terra no país, e na Parahyba não foi diferente. Um dos fatos que apontam para isso pôde ser evidenciado na intensificação dos latifúndios, revelando grandes dimensões de terras nas mãos de uma minoria de pessoas que detinham o poder econômico e político. Por conseguinte, alguns colonos, a fim de ter acesso àquilo que passou a ser um bem de grande valor, logo passaram a declarar áreas de terras localizadas em Jaguaribe como sendo de suas propriedades.

Conforme registros históricos do Registro Geral de Terras de 1856, no ano de 1587 a Coroa Portuguesa concedeu uma sesmaria ao senhor Francisco Gonçalves Serralheiro tendo

⁴ Como o nome original de “Terras Devolutas e Colonização”, a partir da qual as propriedades fundiárias puderam ser comercializadas.

⁵ As terras devolutas eram aquelas em que não existia nenhum tipo de uso, ou terras que ainda não tinham sido ocupadas. Com o registro geral essas terras passaram a pertencer ao governo e seriam comercializadas.

como localização onde hoje se encontra uma parte do bairro de Jaguaribe, que se limitava com a região do Varadouro e com uma área indígena denominada Aldeia Braço de Peixe, local outrora pertencente ao povo potiguara, mas que, após a conquista portuguesa, acaba ficando sob o domínio do povo tabajara, aliado dos lusitanos quando se consolida a conquista da Capitania:

Joam Tavares cappitão mor e governador nesta cidade de Nossa Senhora das Neves capitania da Parahyba por el rey nosso senhor faço saber aos que esta minha carta de data e sesmaria virem, que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e quinhentos e oytenta e sete annos, aos oyto dias do mez de fevereiro do dito anno nas pouzadas de mim escrivão pareceu Francisco diz morador nesta cidade, e por elle me foi dado huma petição com um despacho do senhor Joam Tavares capitão e governador, a qual petição e despetição é o seguinte, Senhor diz Francisco Gonçalves Serralheiro assistente nesta povoação da Parahyba, em a qual está em serviço de sua majestade que a elle lhe he necessário mil braças de terra em Jaguaribe em coadra além do ryo da banda do sul e assim mais a varge da banda do Varadouro com as agoas vertentes da parte e junctamente com a ilha aonde he aldeã do Braço do Peixe, contestando com agoa salgada. O que se achar para nella dita terra fazer benfeitoryas, pelo que pede a vossa mercê lhe mande passar sua carta de data e receberá mercê. Passe carta ao suplicante de mil braças de terra em coadra na parte que pede, de cincoenta braças da banda dos manguez no varadouro para cazas e quintal, não prejudicando aos caminhos e serventias desta povoação. “Joam Tavares” (*apud* CHAGAS *et al.* 2000, p. 11).

Analisando o conteúdo do documento podemos concluir que as referidas terras foram concedidas para que ele colaborasse com o projeto de povoamento, realizando benfeitorias para propiciar um processo de maior ocupação e apropriação desse espaço. Porém, nem todos que suplicavam terras ao rei da metrópole davam prosseguimento ao projeto de colonização. Muitos sequer chegavam de fato a habitá-las, o que as caracterizava como sendo terras devolutas ou abandonadas. Sob essas situações, alguns súditos suplicavam-nas, a partir de petição formal à Coroa, para obter a propriedade sobre esse espaço e realizar as intervenções para as ocupações e defesa dessa parte do território.

Vejamos um trecho desse tipo de acesso ao uso do solo:

Um comportamento representativo desse tipo de procedimento foi manifestado no ano de 1706, pelo capitão Manoel Gomes Pereira; morador e proprietário de sesmaria na Cidade da Parahyba. Em documento endereçado ao governador da capitania, esse capitão declarou ser conhecedor de existência de sobras de terras em quadro, a meia légua do Rio de Jaguaribe, as mesmas desejava lavrar e aproveitar em seu nome Para tanto, pedia-as junto com todos os logradouros que nelas existiam. Alegava, o requerente, que as terras suplicadas limitavam-se com as de Francisco Barboza. E como não se sabia notícias deste proprietário já há vários anos, afirmava desconhecer se as terras que considerava ser propriedade daquele, realmente eram, ou se tratavam de terras devolutas ou de algum outro proprietário, uma vez que não havia quem por elas houvesse procurado ou apresentado algum título. (CHAGAS *apud* OLIVEIRA, 2010, p. 25).

Nesse caso, deliberando a Coroa Portuguesa a favor do requerente, as terras solicitadas e consideradas devolutas seriam ordenadas àqueles que tivessem proventos e condições financeiras para realizar benfeitorias, contribuindo assim para o processo de colonização português. Uma motivação para quem se propusesse a contribuir com tal projeto de apropriação era a promessa de enriquecimento advindo da exploração das terras da colônia. Dessa forma, a terra passou a ser a principal moeda de valor na lista de bens dos colonos portugueses.

Como consequência disso, inserindo-se na tradição da herança, a posse passou a ter um caráter hereditário, visto que a propriedade passava a representar também o poder econômico e prestígio social de uma família que gozava de privilégios dentro da cidade. Eis a seguir um trecho de uma declaração de herança de propriedade da época.

Declaro eu abaixo assignada que sou senhora e possuidora, por título de herança de minha finada mãe a Senhora Dona Anna Joaquina de São José Henriques, de uma parte no sítio Jaguaribe, no subúrbio do mesmo nome localizado nesta cidade no valor de duzentos mil réis, cujo sítio limita com terra do sítio de João Carneiro, e pelo nascente e poente com terras da Santa Casa de Misericórdia. Parahyba, 3 de julho de 1856. Maria da Conceição Henriques. Nada mais se continha em dita declaração a que me reporto. O vigário Joaquim Antonio Marques. (TAVARES *apud* NASCIMENTO, 2013, p. 101).

Essa forma de acesso a terra se tornou comum naquelas famílias que tinham proventos econômicos e a reprodução dessa relação mantinha e facilitava a posse dos colonos portugueses sobre o espaço e, portanto, sobre o território da colônia lusitana.

Desse modo, no século XIX, o Senhor Feliciano José Henriques e sua esposa Dona Anna Joaquina de São José Henriques eram proprietários de uma parte do Sítio Jaguaribe, declarando possuírem um sítio, onde mantinham chácaras, roças e criação de animais. O Sítio Jaguaribe também era composto de outros sítios menores, pertencendo a outros proprietários de terras, que as reclamavam à Coroa, que as doavam sob a alegação de estarem devolutas.

Vale destacar que ainda a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba e os padres da ordem franciscana também se declararam donos de terras na área denominada Jaguaribe, tendo sido doadas pela coroa de Portugal. (TAVARES *apud* CHAGAS, 2004).

Segundo Nascimento (2013), a essa instituição foi doada também parte do sítio até então pertencente à Dona Joaquina de São José de Henriques, que falecera em 1912. Desde então, grande parte desse sítio passou a ser loteado no que se constituiu ser o “primeiro loteamento privado da Cidade da Parahyba”.

Conforme Mendonça e Gonçalves (2010) a área que hoje está localizado o bairro de Jaguaribe passa, a partir do século XIX e início do século XX, a ser esparsamente ocupada e gradualmente vai sendo transformada a partir das ações e relações dos colonos com esse espaço. Nesse período, poucos habitantes se interessavam em morar no local, visto que o lugar não disponibilizava das condições mínimas de infraestrutura para quem pretendesse ali fixar moradia. Para ocupar as terras e ter garantia de propriedade sobre as mesmas, os donos de terras no Sítio Jaguaribe passaram a adotar a estratégia de acolher retirantes advindos de vários lugares do estado, assolados pelo período de estiagem.

CAPÍTULO 3 - OS NÚCLEOS RESIDENCIAIS NO BAIRRO JAGUARIBE, NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

O Sítio Jaguaribe, no início do século XX, ainda apresentava uma feição predominantemente rural, assim como outras áreas da Cidade da Parahyba. Sobre tal aspecto, os jornais já afirmavam que “os fragmentos da cidade iam se revelando através de imagens das ruas disformes e tortuosas, as quais contavam, com poucos equipamentos e serviços urbanos”, assinala Chagas (2004).

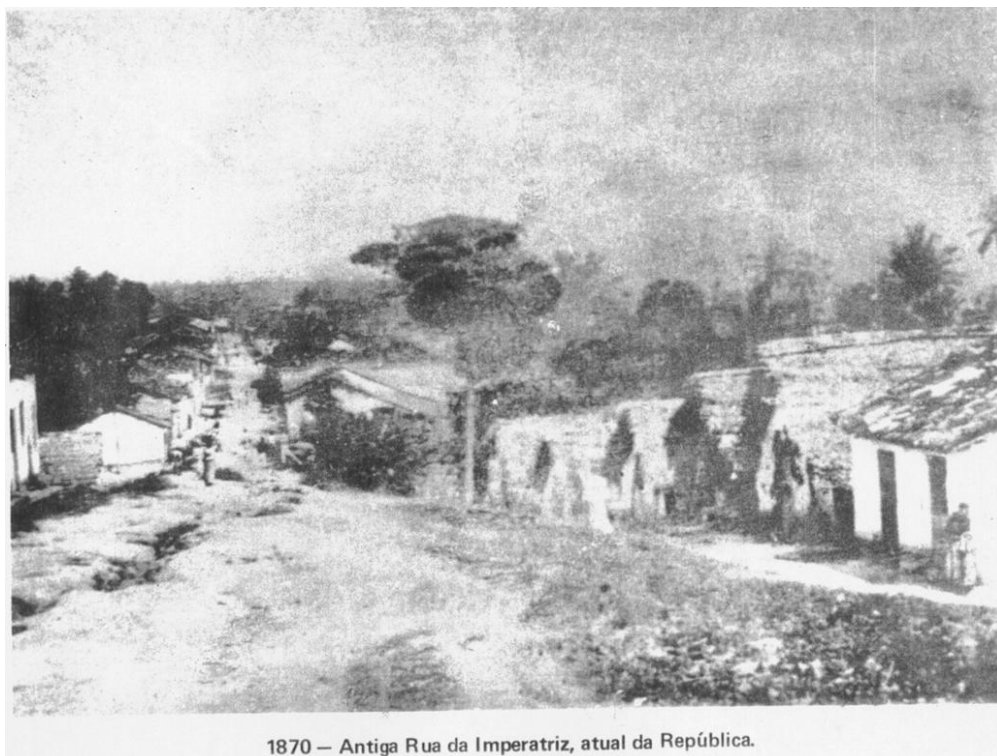


Figura 10 – Aspectos das ruas da Parahyba, que perduraram até o início do século XXI.

Fonte: Walfredo Rodriguez.

Ainda segundo o autor, os jornalistas da época descreviam a cidade como tendo um aspecto feio e nada agradável. Esse tipo de publicação procurava alertar as autoridades públicas da situação precária em que se encontrava a cidade, que não representava, até então, adequada aos anseios das oligarquias rurais e dos desejos da elite urbana em tornar a Parahyba

uma cidade moderna⁶, fazendo parte do pensamento que passara a ser dominante, nos primeiros anos do século XX, na concepção do que seria uma cidade ideal.

No entanto, com a implementação de serviços visando à modernização do centro da cidade da Parahyba, a partir da primeira década do século XX, não houve um projeto de inclusão de todas as classes sociais nos planos e ações de melhorias e acesso aos equipamentos e serviços urbanos. Com o objetivo de criar um espaço de conforto às elites nas principais ruas da cidade, adotou-se a medida de afastamento dos pobres do centro da cidade para áreas circundantes⁷.

Nesse contexto, tiveram importante papel no assentamento de moradores, em Jaguaribe, o Major João Lourenço de Maria e Mello e sua esposa D. Maria Rosa de Carvalho e Melo que, mediante compra de terrenos à família Henriques, dividiram-nos em lotes e os aforaram a alguns trabalhadores. Atribuiu-se também à família Melo a iniciativa de abertura de diversas vias de acesso e a construção de algumas casas no Sítio Jaguaribe, nas primeiras décadas do século XX. Por este motivo, Jaguaribe tinha se tornado um local para onde iam os pobres recém-chegados na cidade, em busca de melhores condições de vida.

Essa medida reproduziu na cidade a rede de proteção às classes pobres e foi eficaz, sobretudo porque se tornou indispensável à manutenção da ordem, à medida que tirava as famílias pobres da rua e impunha-lhes o controle. (CHAGAS, 2004, p. 223).

Nascimento recorda que Silva (2009) considera que a vinda dos retirantes provocou mudanças no cenário econômico e político da capital.

Essa mudança implicava um reordenamento do universo simbólico do migrante, na medida em que lhe era necessário construir novos laços de amizade e vizinhança, transformar hábitos e costumes e adaptar-se ao ritmo de vida de uma cidade maior, com seus equipamentos urbanos e sua cultura diferente. (SILVA *apud* NASCIMENTO, 2013).

De acordo com Registro de Compra e Venda de imóveis do Cartório Pedro Ulisses de Carvalho (1919) analisado por Chagas (2004), foram construídas diversas casas de suas propriedades e outras de diversos rendeiros, na Rua Vera Cruz (atual Aderbal Piragibe), Rua

⁶Segundo Martins (2014), de acordo com Benevolo (1983), a cidade moderna se caracteriza como aquela constituída por grandes elementos morfológicos (quadras, lotes, edifícios, ruas) compreendendo um conjunto unitário do ponto de vista construtivo/formal, sendo ela previamente planejada e projetada.

⁷Chagas (2004) fala que “(...) paralelamente à implementação dos serviços urbanos, os pobres foram afastados para os arrabaldes” (p. 212).

da Concórdia (atual Senador João Lira), Rua do Meio (atual Maximiano Machado), Rua da Glória (atual Minas Gerais), Rua da Alegria (atual Almeida Barreto), Rua da Palmeira (atual Rodrigues de Aquino), onde construíram dois chalés para neles fixarem residência.

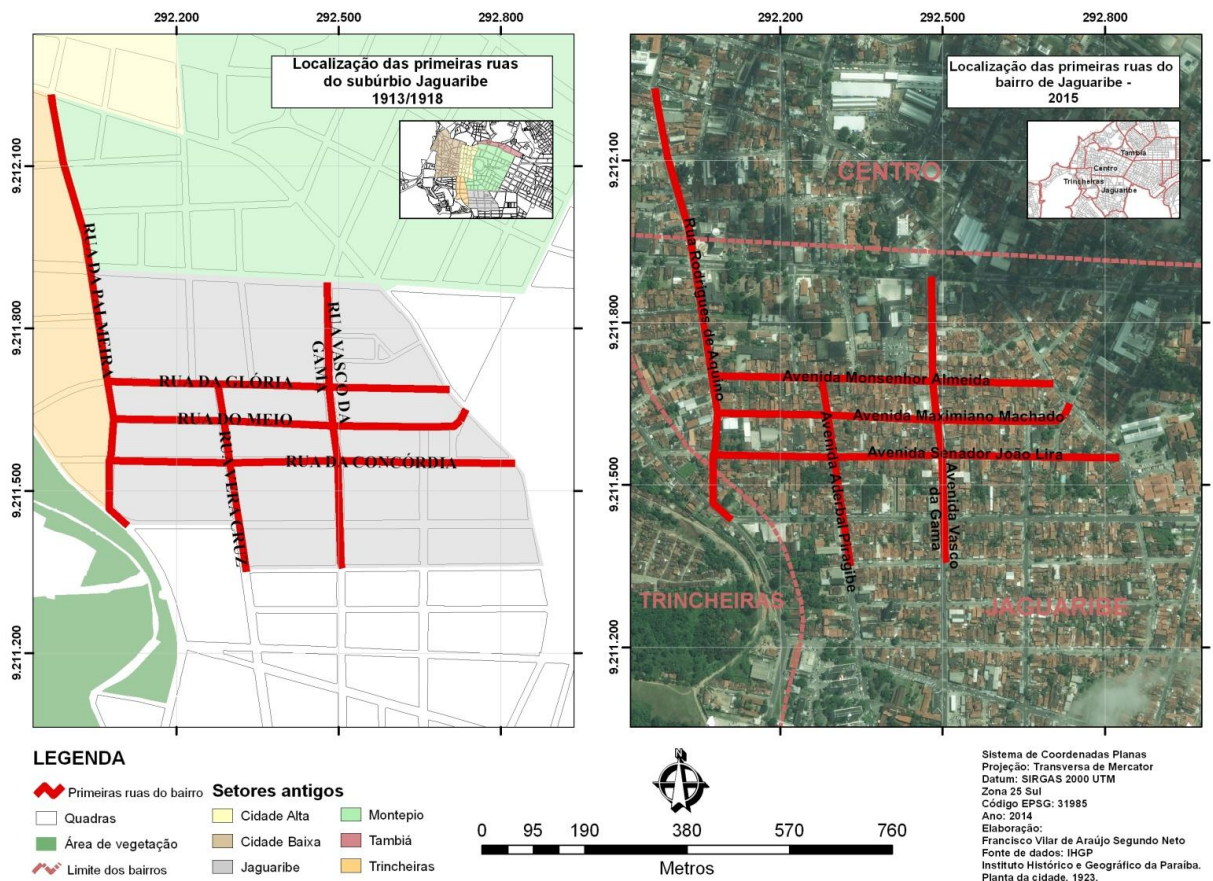


Figura 11 – Destaque das primeiras ruas do bairro Jaguaribe.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP.

As construções apresentavam características simples, geralmente de taipa e cobertas de palha, com moradores de baixo ou nenhum poder aquisitivo. Estes se mantinham ligados às atividades de roça e à criação de animais. Por esse motivo, Chagas (2004) considera que, nesse período, o lugar era visto como “lugar de pobre”. Estes pagavam o foro, construíam suas casas e ali residiam, assegurando uma criação de laços de pertencimento ao bairro, no entanto não eram beneficiados com as políticas de serviços urbanos (saneamento, abastecimento d’água, iluminação pública etc.).

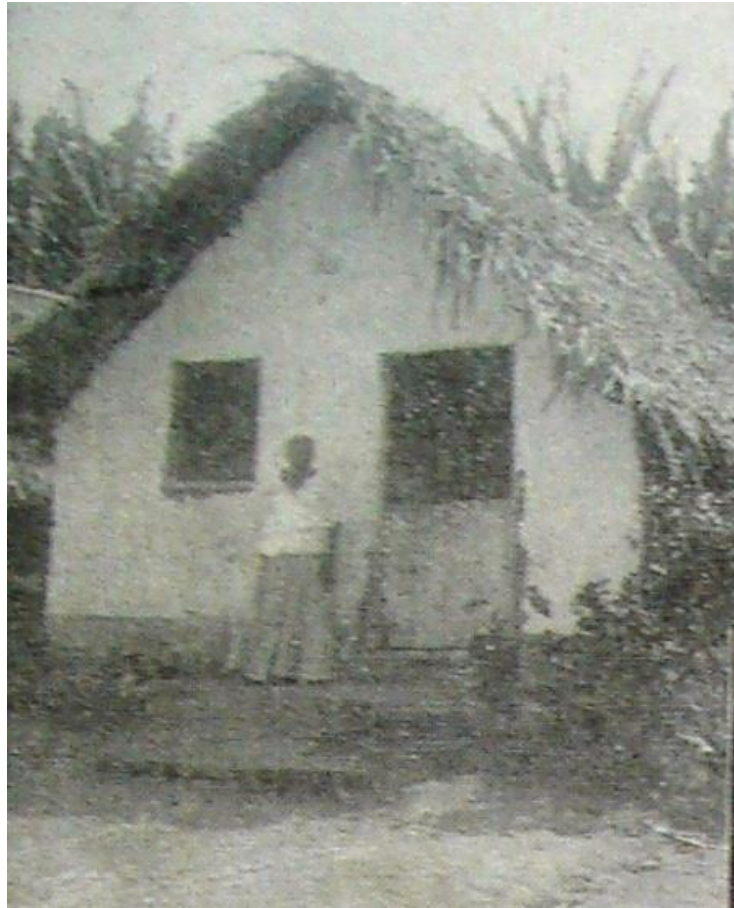


Figura 12 – Tipo de casa inicialmente construída no Sítio Jaguaribe.

Fonte: Acervo Walfredo Rodriguez.

Observando a estrutura simples das primeiras residências, percebe-se o tamanho reduzido do lote, a cobertura de palha, o material de taipa, edificada de forma rudimentar. Outro aspecto que chama atenção é a feição bem próxima ao rural, desprovida de pavimento e plantações no entorno da casa.

Vale ressaltar que a abertura das vias e a construção das casas não teve participação com o poder público. Essas só viriam a realizar com a iniciativa particular de alguns senhores de terras que passaram a negociar com elas, através do foro e do arrendamento de lote.

Alguns moradores pagavam o valor do lote, mas não tinham condições para construir suas casas. Nesse caso, estes tinham posse apenas dos lotes do terreno, mas não sobre as casas, de modo que não definiam os aspectos estruturais de como seriam edificadas suas residências. Essas casas apresentavam características simples. Eram geminadas e de

longo comprimento, sendo construídas com tijolos e cobertas com telhado, e dispendo de apenas uma porta e uma janela na sua fachada.

Figura 13 e 14 – Aspectos das possíveis primeiras casas de Jaguaribe.



Fonte: Autor, 2015.

Segundo afirmações de Nelci Tinem, também havia casas simples que emulavam na construção popular de suas fachadas as características arquitetônicas próprias dos edifícios suntuosos, porém sem os cuidados técnicos destes, sem recuos laterais nem frontais, e também sem elevação em relação à altura do solo (2006, p. 48).

Esse grupo de moradores era composto por trabalhadores das fábricas e do comércio que se localizavam no centro da cidade. Pelo fato dessas ruas e edificações terem sido criadas sem um ordenamento do poder público, e por não se situarem naquela área privilegiada do bairro, a paisagem engendrada não se configurava como um espaço planejado e salubre, mantendo suas feições rurais e uma ocupação ainda muito esparsa que, em conjunto com aquele grupo de casas construídas com taipa e cobertas de palhas, formavam os primeiros povoamentos do bairro Jaguaribe.



**Figura 15: Casa localizada na Avenida Aderbal Piragibe.
Fonte: Autor, 2015.**

Figura 16 e 17: Comparação dos níveis de elaboração das fachadas.



Rua Senador João Lira



Rua Rodrigues de Aquino

Fonte: Autor, 2015.

A realização da abertura de novas ruas facilitou a ligação de Jaguaribe ao centro da cidade e possibilitou uma maior circulação de pessoas entre esses bairros. Apesar das referidas ruas concentrarem o maior contingente populacional do bairro, as mesmas permaneceram à margem das políticas de melhorias dos serviços de modernização urbana. Importante deixar claro que a abertura das primeiras ruas de Jaguaribe estavam diretamente ligadas à abertura da Avenida João Machado, da qual abordaremos mais adiante.

No processo de povoamento do Sítio Jaguaribe, além dos senhores que ali possuíam terras, também foram importantes as atuações das instituições religiosas de caridade que,

apoiadas pelo poder público e provendo apoio financeiro das elites cidadinas, passaram a acolher as classes pobres e destiná-las a ocupar os terrenos em Jaguaribe.

3.1 As instituições religiosas e sua relação com o processo de povoamento de Jaguaribe

3.1.2 Santa Casa de Misericórdia da Parahyba – O doutrinamento e o assistencialismo

No processo de povoamento da cidade e, especialmente, em Jaguaribe, destaca-se a Santa Casa de Misericórdia da Parahyba que, segundo dados históricos, afirma-se que se encontra presente, na Parahyba, desde o final do século XVI, época da conquista do território pelos portugueses.

Conforme Scocuglia (*et al.* 2009) essa ordem se organizava institucionalmente como Irmandades e eram instaladas nas Capitânicas Reais e em algumas poucas Vilas de importância estratégica dentro dos objetivos da colonização portuguesa. As Santas Casas de Misericórdia se tornaram instituições fortes nas colônias portuguesas graças às suas ações sociais e da relação mantida com o poder monárquico.

Desse modo, a Santa Casa, na Cidade da Parahyba, exercia suas funções de acordo com o compromisso firmado com a Coroa Portuguesa. No entanto, a essa instituição não coube só o papel religioso, mas também se dedicaram aos cuidados com os doentes, com crianças desassistidas (órfãs, frutos de relações extraconjugais, abandonadas etc.), com os desvalidos, com os presos, ao sepultamento de escravos e condenados a morte.

Figura 18: Fachada da Misericórdia, antes da intervenção do IPHAN em 1938.



Fonte: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, s/a.

Figura 19 – Demolição do antigo prédio do hospital de caridade, na Visconde de Pelotas.



Fonte: Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa, s/a.

O cuidado com os expostos (órfãos, crianças abandonadas, bastardos) foi resultado de negociações entre as Santas Casas de Misericórdias e as Câmaras. Na Cidade da Parahyba, apesar de não se tratar de uma das sete obras corporais obrigatórias, a Irmandade da cidade assumiu essa tarefa. (SCOCUGLIA, *et al.* 2009, p. 16).

Além de desempenhar essas funções, esta instituição, na Parahyba, também desenvolvia atividades de serviços fúnebres que, inclusive, era uma das mais rentáveis para as Santas Casas de Misericórdias. Isso foi possível devido a Irmandade exercer esse serviço com exclusividade, enterrando pobres, escravos e pessoas que ocupavam posições sociais em destaque na sociedade da época. Por isso, a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba contava com um complexo composto por uma igreja, um hospital e um cemitério.

As instituições da Irmandade também tinham outras fontes de rendimentos além das citadas anteriormente. Na capital paraibana, por exemplo, os religiosos eram proprietários de imóveis no centro da cidade, além de sítios e fazendas. A grande maioria dessas propriedades era alugada ou arrendada para gerar recursos. O seguinte trecho do Relatório da Santa Casa de 1906 revela essas posses:

O patrimônio da S. Casa consta de nove prédios situados nesta cidade; de uma propriedade, também na Capital, a principiar do rio Sanhauá e estendendo-se até o rio Jaguaribe, o domínio útil do Sítio Cruz do Peixe, com suas terras e prédios e um pequeno lote denominado Araçá, na praia de Lucena. (RELATÓRIO DA SANTA CASA DA PARAÍBA *apud* SCOCUGLIA, 2009, p. 21).

Nesse contexto, além das fontes de renda e posses supracitadas, a Santa Casa também era beneficiada por doações de senhores de terras. Um exemplo disso foi o gesto da Família Melo que, além de ter realizado arrendamentos de lotes, construções de casas e alocação, no Sítio Jaguaribe, de alguns retirantes que chegavam à cidade em busca de melhores condições de vida, estes senhores doaram algumas extensões de terras para representantes da Santa Casa de Misericórdia da Parahyba. Isso permitia a ampliação das ações de caridade que a irmandade desempenhava, ao acolher os desvalidos (crianças pobres, doentes, pessoas humildes etc.) para que eles não se tornassem “vadios” andando pelas ruas da cidade.

Estes ficavam sob a proteção da Santa Casa, o que implicava numa relação de dependência para com a instituição. Essa medida acolhimento e alocação dos habitantes das camadas pobres e miseráveis tornou-se uma estratégia eficaz de manutenção da posse das terras. Como os proprietários pouco se interessavam em habitá-las, estes alocavam os “indesejados” nos arrabaldes, afastando-os do casco original da cidade, e dessa forma

colaboravam para a redução do número de famílias que tinham apenas as ruas como *locus* de sobrevivência.

Esse quadro nos revela que as ações das instituições religiosas comungavam com o ideal de transformação da paisagem do meio urbano, uma vez que o principal objetivo dos gestos de assistencialismo era, na realidade, retirar do cenário do centro da cidade aqueles sujeitos que “enfeavam” o lugar com sua presença. Em vez de criar condições de moradias próprias para esses desabrigados, os senhores da elite que possuísem latifúndios doavam partes de suas terras à Santa Casa, que então as aforavam para aqueles desafortunados que não tinham um “pedaço de chão” para se abrigar.

Essa medida se mostrou eficaz no processo de instalação fixa e povoamento do bairro, que gradualmente foi sofrendo alterações em sua morfologia espacial, com as construções de pequenas casas. Essas residências eram compostas por construções simples, contando, em sua maioria com material de taipa e palha, algumas com telhado, e construídas sem obedecer a um alinhamento padrão, o que conferia traços desalinhados às ruas e sem os devidos cuidados sanitários, visto que ainda não seguiam leis que exigissem um modelo de organização espacial. Os modelos de construção dessas casas ainda mantinham características típicas daquelas em que se vivenciara nos sítios.



**Figura 20 - Aspectos de uma rua semelhante às primeiras ruas de Jaguaribe.
Fonte: Instituto Histórico Geográfico Paraibano.**

Numa breve análise, podemos identificar algumas características que lembram aquelas descritas de como se configurava a paisagem das primeiras ruas: moradias simples, construídas com material de taipa e coberta com palhas, contando com apenas uma porta e uma janela. Já a rua, geralmente descritas como desprovidas de infraestrutura adequada, desníveis acentuados, sem calçamento e marcada pela presença de vegetação.

3.1.3 Orfanato Dom Ulrico: a formação de serviçais, e a manutenção da ordem social

A criação do Orfanato Dom Ulrico ocorreu no ano de 1912, mas foi posto em funcionamento apenas no ano de 1922, dez anos depois. Essa instituição católica também se inseriu no contexto do assistencialismo aos desvalidos. O orfanato era o principal destino de meninas pobres acolhidas pelas Irmãs de Santa Catarina de Sena. Em contrapartida da caridade recebida, essas meninas ajudavam nas atividades religiosas. Aquelas que atingiam a maioridade, mas não tinham família nem onde morar, ou permanecia na instituição, auxiliando as irmãs nas atividades da instituição, ou era encaminhada para o Bom Pastor.



**Figura 21 - Orfanato Dom Ulrico, localizado no final da Avenida João Machado.
Fonte: Revista Nova Era, 1922.**

A criação do Orfanato Dom Ulrico se insere num contexto particular da história da Cidade da Parahyba, bem como do bairro Jaguaribe. Com o início das obras e serviços que para implementações dos chamados equipamentos e embelezamento da cidade, a camada pobre da população teria de ser afastados do centro, visto que este espaço seria o alvo principal do processo de modernização da paisagem, e passar a ocuparem os arrabaldes da área central, ou seja, num espaço que se mostraria moderno após receber benfeitorias não poderia ser ocupado pelas classes pobres. Apenas a elite poderia morar nas áreas que se tornariam cada vez mais valorizadas.

Diante desse cenário, as instituições assistencialistas desempenhavam um papel eficaz junto aos pobres, pois sob o signo religioso auxiliava o poder público a manter a ordem social, além de sinalizar um gesto de caridade para com os desvalidos, o que o faz ganhar notoriedade pelo fato de acolher “aqueles que estão necessitados”.

Na instituição D. Ulrico, as internas aprendiam ofícios típicos de serviços domésticos (arte culinária, costura, limpeza etc.) e, comumente, eram encaminhadas para casas de família ricas, porém não obtinham remuneração pelos serviços prestados. Nesse cenário, o Orfanato Dom Ulrico foi obtendo visibilidade e prestígio junto às elites da cidade, devido a essa prática de alocação das mulheres pobres que chegavam a Jaguaribe, desenvolvendo uma espécie de “capacitação” dessas jovens despossuídas para depois oferecerem sua mão-de-obra para essas famílias mais afortunadas.

Entretanto, esse quadro nos revela uma ação planejada para tirar as mulheres das ruas, treiná-las e destiná-las às casas dos senhores, principalmente às casas das famílias abastadas que começavam a se instalar na Avenida João Machado, na Avenida Trincheiras e Rua da Palmeira. As classes ricas, que eram diretamente beneficiadas com essa realidade, em contrapartida, também passavam a serem vistos como contribuidores da manutenção da ordem, uma vez que aqueles desvalidos que perambulavam pelas ruas eram vistos como vadios e errantes pelas autoridades locais,

Constituindo-se numa via dupla de papéis contraditórios, essas religiosas ainda destinavam as suas protegidas para realizar serviços domésticos nas residências daquelas famílias que colaboravam na manutenção do orfanato. Em troca do trabalho prestado, as jovens recebiam apenas comida. Essas residências, nas quais as mulheres pobres realizavam trabalho doméstico, pertenciam às ricas famílias e às elites rurais recém-instaladas na cidade, e que passaram a fixar moradias nos arredores da Rua das Trincheiras e a alta aristocracia residente na Avenida João Machado.

É importante frisar que essa relação social reproduziu uma característica remanescente da sociedade colonial, revelando a origem das pessoas que agora residiam na cidade da Parahyba, mas que mantinham seus hábitos sociais de dominação, comum no campo.

Essa “domesticação” das jovens advindas das classes pobres, preparando-as para serem serviçais nas casas das famílias de posse, evidencia uma característica de como foi sendo formada a sociedade paraibana, uma vez que restringe a mulher ao papel de subordinadas num plano de ações sociais patriarcais. O Orfanato Dom Ulrico integrava essa

rede de assistência social que foi fundamental para a efetivação dessa trama social, no cenário histórico da construção espacial do bairro de Jaguaribe.

Figura 22: Antigo orfanato, hoje no prédio funciona um centro de cursos profissionalizantes.



Fonte: Autor, 2015.

Figura 23 a 26 – Destaque para as edificações do Bom Pastor e Lar da Criança.



Ao fazermos uma análise da paisagem atual, é possível observarmos que algumas estruturas representam verdadeiras reminiscências de uma organização espacial que encontrou o auge do seu uso no passado. Algumas formas são mais perceptíveis, outras nem tanto.

Nesse caso, no trabalho de campo *in loco* foi possível observar um verdadeiro complexo de serviços voltados a serviços conectados com aquela pretérita realidade assistencialista. Além das edificações do antigo Orfanato Dom Ulrico, do Bom Pastor e do Lar da Criança Jesus de Nazaré, podem ser encontrados também o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Estado da Paraíba (atual Policlínica São Vicente de Paula) e CENDAC – o Centro de Apoio à Criança e ao Adolescente. O poder público aproveita as estruturas já organizadas espacialmente e as utiliza para a mesma finalidade que se empregava no passado, embora com uma nova “roupagem” readequando as formas de acordo com a realidade atual.

CAPÍTULO 4 – AS INTERVENÇÕES MODERNIZANTES E AS DIFERENCIAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS NO BAIRRO JAGUARIBE

De acordo com Chagas (2004) e Oliveira (2012), a paisagem do bairro Jaguaribe das primeiras décadas do século XX não se apresentava muito modificada daquela do período colonial, e ainda preservava um aspecto muito mais próximo ao rural do que urbano. Sua morfologia caracterizava-se por um espaço habitado arcaico, reproduzindo os mesmos problemas estruturais que afligiam os núcleos populacionais da cidade como um todo.

Partindo-se das aspirações do espírito modernizante dos administradores públicos, das oligarquias rurais e da elite urbana, influenciados pelas intervenções modernizantes realizadas no início do século, na cidade Rio de Janeiro, foi realizada uma série de ações visando melhorias na estrutura do espaço urbano da cidade da Parahyba para superar seu aspecto até então sendo identificado como uma cidade arcaica: construções sem ordenamento, edificadas sem um segmento padronizado; ruas desalinhadas, com altos desníveis topográficos, ausência de abastecimento de água encanada, a falta de estrutura sanitária, com amontoados de lixo, esgotos a céu aberto e, além disso, contando com uma precária e insuficiente iluminação pública.

Desse modo, o processo de implantação de medidas que visavam melhorar o aspecto da morfologia do espaço urbano da Cidade da Parahyba, como também sanar problemas de salubridade, abastecimento de água e modernização da iluminação pública, foi posto em prática suas primeiras tentativas nos anos finais do século XIX, e intensificaram-se no início do século XX.

Sobre essa questão, Maia (*et al.* 2009, p. 3) tece o seguinte comentário:

Em relação às cidades, o progresso representava o ordenamento do espaço urbano e a implantação de serviços e equipamentos objetivando a qualidade de vida da população, e ainda o embelezamento urbano. Isso previa também uma oposição à tradição, ou seja, a todo o passado de aspecto colonial que era tido como atraso.

Exposto o quadro em que se encontrava, foram promovidas algumas ações na Cidade da Parahyba, visando à transformação da sua morfologia urbana, que se apresentava em dissonância com a identificação de uma cidade moderna. Nesse sentido, foram empreendidas, no início do século XX, na cidade da Parahyba, algumas medidas mostrando interesse em modernizar alguns serviços urbanos.

A reforma promovida por Pereira Passos (1903) no Rio de Janeiro⁸, posteriormente se estendeu aos tradicionais centros urbanos do país. Impulsionada pelo pensamento modernizante que permeava os ideais progressistas da República, adotaram-se, na Cidade da Parahyba, intervenções baseadas naquelas implantadas na capital federal e que orientaram as principais cidades brasileiras rumo à almejada modernidade.

Portanto, intensificaram-se os esforços para organizar o espaço urbano segundo ordenamentos da sua disposição, bem como ampliar a implantação de serviços vistos como essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população e da estética visual da paisagem, além de buscar superar o aspecto colonial que predominava no espaço urbano.

De acordo com Melo (1982)⁹, Maia (2012) e Nascimento (2013) os primeiros esforços para elaborar ações que tinham por objetivo proporcionar os melhoramentos iniciais dos equipamentos urbanos na Cidade da Parahyba foram realizados na gestão de João Lopes Machado (1908 – 1912).

No curto período de tempo de sua administração foi iniciado o fornecimento de energia elétrica e realizada a primeira obra de abastecimento d'água da cidade. Esta última foi de responsabilidade do diretor de obras públicas Miguel Raposo que em seu plano, além do abastecimento de água, previa a expansão da cidade na direção sul, fato que deu lugar à abertura da Avenida João Machado. (MAIA, *et al.* 2012).

Os primeiros esforços foram em obras de melhoria da água encanada e na remodelação urbana, no período que aumentaram as arrecadações estaduais devido ao aumento da produção algodoeira, que passara a se destacar na atividade econômica do estado. Essas intervenções no espaço repercutiram não só na sua forma, mas também trouxeram mudanças significativas para os cidadãos e a transformação da paisagem urbana.

4.1 – A abertura da Avenida João Machado e o marco da modernização na Parahyba

Nas primeiras décadas do século XX, a atividade de produção algodoeira prosperava e favoreceu economicamente o pensamento republicano que tinha como proposta modernizar os centros urbanos das principais cidades do país. Na Cidade da Parahyba foram realizadas

⁸ Para mais informações, ver mais informações em Vidal, Wynlna Carlos Lima. **Transformações Urbanas: a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade, 1910 – 1940.**

⁹ MELLO, Oswaldo Trigueiro de Albuquerque. **A Paraíba na Primeira República.** João Pessoa: A União, 1982.

algumas obras nesse sentido, embora que de forma lenta e, muitas vezes, insuficiente. Bem como o centro da cidade, o bairro de Jaguaribe também sofreu algumas transformações provocadas por essas intervenções modernizantes. No trecho do bairro próximo à Rua das Trincheiras, as medidas tomadas proporcionaram melhores condições de habitação que os demais trechos, e atraíram os mais ricos e privilegiados moradores da cidade¹⁰.

Segundo Tinem (2006) a classe burguesa que se tornou enriquecida graças ao incremento do comércio na cidade, os profissionais liberais bem sucedidos e os proprietários rurais – fascinados com a recente modernização urbana, vislumbraram em outras áreas, principalmente Rua das Trincheiras e Rua do Tambiá, principais vias de expansão da cidade.

Conforme Maia (2012, p. 05) “é a partir desse momento em que sobreviverão mudanças no meio rural, na passagem do engenho para a usina, que as residências urbanas dos senhores deixa de ser temporária, passando a permanente”.

Verifica-se então que, com a instalação das camadas sociais abastadas nessa área, o espaço urbano do foi sofrendo múltiplas transformações, aliada a essa vinda de novos moradores a implementação de crescentes melhorias na infraestrutura desse trecho da cidade.

Ainda sobre esse aspecto, Chagas (2012) tece o seguinte comentário:

A partir de 1910, com a efetivação da urbanização da cidade da Parahyba, de forma mais sistemática, Jaguaribe contou com algumas benfeitorias. Essa nova realidade, despertou a atenção dos antigos proprietários de terrenos, principalmente porque os cidadãos cogitaram a possibilidade de construir suas residências no local. Do contrário não se entende o processo de compra e venda de terrenos nessa área da cidade. (p. 08)

O referido ano de 1910 marca a abertura da Avenida Central, artéria de ligação entre o centro da cidade e as primeiras ruas do Subúrbio Jaguaribe. Neste sentido, o surgimento e o desenvolvimento da cidade encontram no elemento da rua a sua condição de realização.

De acordo com Meyer (*apud* MAIA, 2012) a cidade tem origem e cresce através da produção de uma malha urbana viária onde a combinação dinâmica dos elementos conjugados - rua/lote/atividade – que organiza o sistema estrutural e espacial que a urbanização produz. A rua então apresenta uma importância fundamental para a condição do processo de urbanização da cidade. A abertura da Avenida Central, na Cidade da Parahyba, foi realizada de forma que representasse os aspectos de um “boulevard” semelhante à Avenida Central (atual Rio Branco) obra executada por Pereira Passos, no Rio de Janeiro.

¹⁰ Com o surto do algodão, no final do século XIX, surgem sítios e chácaras, soluções de moradia que caracterizavam uma transição entre o rural e o urbano.



Figura 27 – Avenida Central, 1905.

Fonte: Martins, 2013.



Figura 28 - Trecho da Avenida João Machado.

Fonte: Arquivo Humberto Nóbrega.

A Avenida João Machado, denominação posterior da Avenida Central, em homenagem ao presidente do estado João Lopes Machado (1908-1912), compreendia a extensão de 1.350 metros e 22 metros de largura. Tendo seu início na Estrada dos Macacos (atual Dom Pedro II), atravessava a estrada de Jaguaribe e a Rua da Palmeira (atual Rodrigues de Aquino) e concluía seu trajeto na Rua das Trincheiras, nas proximidades da Igreja do Bom Jesus.

Maia (2012) lembra que no relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Estado por Miguel Raposo, responsável pela obra de execução de abertura da avenida, diz que a referida avenida tinha a função de “ligar o manancial do rio Jaguaribe, na mata do Buraquinho, até o reservatório elevado na Cidade Alta e comunicar quatro estradas principais da cidade, a Estrada do Macaco, a Estrada de Jaguaribe, a Rua da Palmeira e a Rua das Trincheiras”, conforme constante no mapa.

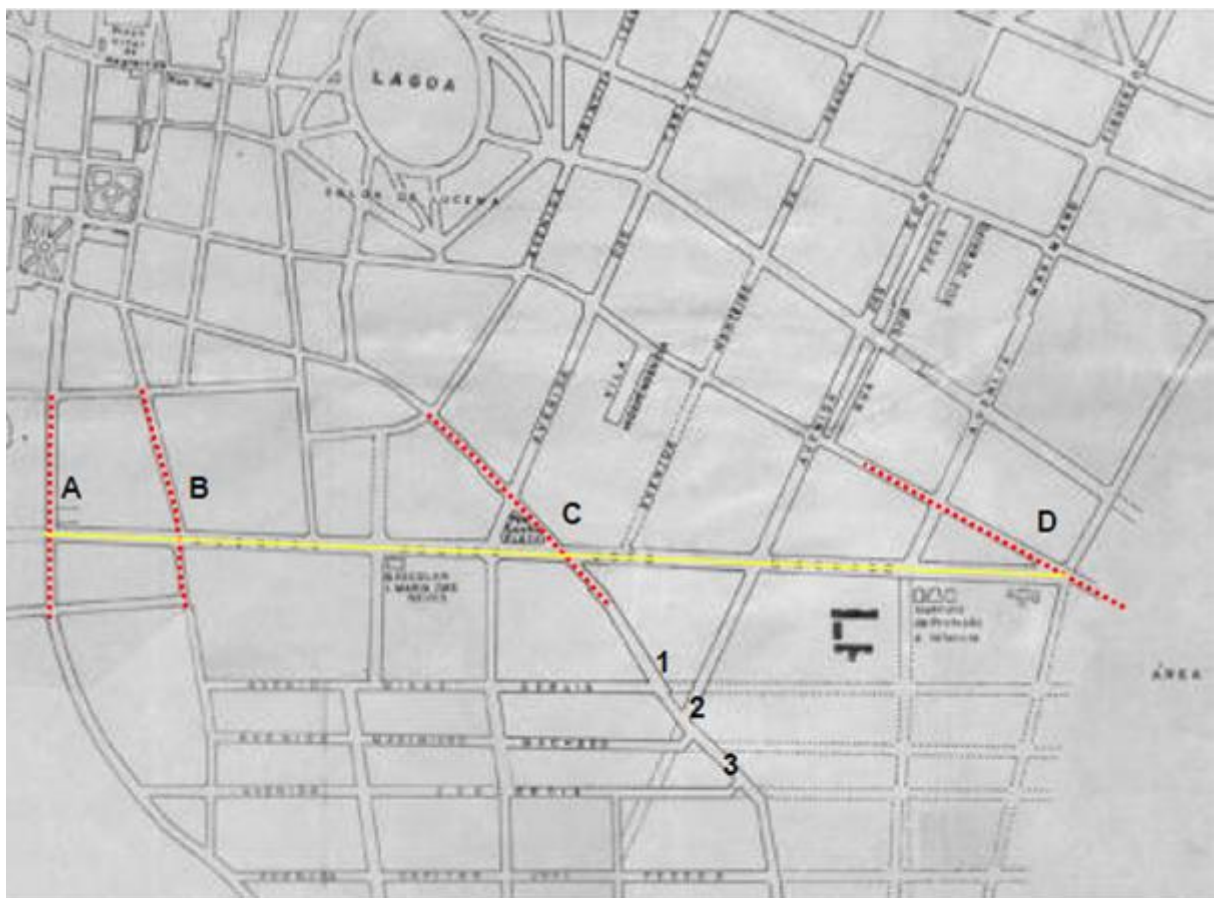


Figura 29 - Planta da Cidade da Parahyba em 1910, destacando as principais artérias.
Fonte: Maia, 2012.

Eis um trecho do relatório apresentado por Miguel Raposo:

E deste modo ficou a Parahyba dotada de mais um grande melhoramento, não só porque dentro em breve esta avenida constituirá um novo arrabalde, como porque veio ella satisfazer uma necessidade que há muito impunha como urgente, e que era a comunicação de três estradas que, quasi parallelamente, se dirigiam para a cidade, sem nenhuma comunicação entre si. (*apud Vidal, 2004, p.55*)

Ainda de acordo com Martins (2014) a abertura da Avenida João Machado “sinalizou o início de uma nova era, constituindo um marco no processo de modernização da cidade.” Representando um símbolo do progresso, a avenida despertou os anseios modernos da elite e contribuiu para a expansão da cidade para o eixo sul. O bairro de Jaguaribe orientou o seu alinhamento tendo a Av. João Machado como referência para o seu traçado, a exemplo das ruas da Glória (atual Monsenhor Almeida), do Meio (atual Maximiano Machado) e da Concórdia (atual Senador João Lira).



1 – Rua da Glória
2 – Rua do Meio
3 – Rua da Concórdia

A – Rua das Trincheiras
B – Rua da Palmeira
C – Estrada do Jaguaribe
D – Estrada do Macaco

Figura 30 - Detalhe da Planta da Cidade, 1923.
Fonte: Vidal, 2004.

De acordo com Vidal (2004), Maia (2012) e Nascimento (2013), a abertura sinalizou o início de uma nova era, processo de modernização da cidade. Estendendo-se na direção oeste-leste, instalaram-se ali membros das camadas sociais mais privilegiadas, formadas pela aristocracia rural e os barões do algodão, que fixaram moradia na cidade e vislumbravam na Avenida João Machado os ares da modernidade. Alguns profissionais liberais e comerciantes também passaram a residir no referido “boulevard”, deixando seus sobrados na área da cidade onde o comércio era mais dinâmico, principalmente do centro da cidade, para morar em suas residências mansões.

Inicialmente, o parcelamento do solo da nova via consistiu em lotes de dimensões diferenciadas daqueles do período colonial, bastante implantadas no casco original da cidade, para acomodar os luxuosos casarões, que contavam com amplos jardins e simbolizavam uma nova maneira de morar em conformidade com os novos conceitos modernidade.

Sobre esse aspecto, Maia (2012) comenta que

[...] o parcelamento do solo inicial da Avenida João Machado deu-se, inicialmente, através de lotes grandes, diferentes do lote colonial, que era estreito e profundo. As residências construídas caracterizaram uma nova forma de ocupação das cidades brasileiras no início do século XX: a princípio implantadas com recuos laterais e sem recuo frontal e, mais tarde, completamente recuada dos limites do lote, resultando moradias arejadas, com jardins, condizentes com os preceitos da higiene e as ideias de modernidade da época. (p. 08)

Alguns desses suntuosos casarões ainda configuram a paisagem da Avenida João Machado e representam as marcas do processo de ocupação e uso do solo no referido “boulevard”.

Além dos novos moradores, a ocupação da Avenida João Machado também recebeu a implantação de alguns equipamentos urbanos, que de acordo com a concepção do Estado simbolizavam o ideal de progresso, indispensável para uma cidade que pretendia “modernizar-se”. Nesse contexto, algumas instituições também marcaram as instalações iniciais da Avenida João Machado, como o Instituto de Proteção à Infância (1912), hoje a Policlínica São Vicente de Paula, do Orfanato Dom Ulrico (criado em 1912 e posto em funcionamento no ano de 1922) e o Grupo Escolar Isabel Maria das Neves (1921). As duas referidas instituições de assistencialismo representavam importante função junto ao poder público quanto à organização espacial e manutenção da ordem social.

Como se pode observar, a ocupação da Avenida João Machado, nas suas primeiras décadas de abertura, no início do século XX, estava representada por residências de alta

suntuosidade, bem como por alguns edifícios institucionais, apresentando construções com materiais e elementos de mais moderno o que permitiu edificações de grande porte, descritos como modelos de conforto e padrão higiênico.

Martins nos lembra de que o espaço urbano para Maia (2000) passou a ser, no início do século XX, o reflexo da preponderância do espaço rural. Com a instalação desse segmento social na cidade, elite rural trouxe consigo seu modo de vida, e o imprimiu através da organização espacial configurada na Avenida João Machado, via que integrava a implantação do “primeiro bairro planejado da cidade – Jaguaribe.” (2014, p. 42).

A seguir, ilustraremos algumas imagens da Avenida João Machado com a sua paisagem e organização espacial atual. As imagens captadas são resultado de duas aulas de campo, realizadas no dia 07.02 e dia 21.02 do corrente ano.

Figura da 31 a 44 – Aspectos atuais da Avenida João Machado



Figura 31: Aspecto de um casarão.



Figura 32: Amplo jardim e detalhe da estufa.



Figura 33: Palacete onde funciona o IPHAEP.



Figura 34: Gerência Regional de Ensino.



Figura 35: Palacete estilo mansão do algodão.



Figura 36: Casarão anexo ao palacete.



Figura 37: Reminiscências de hábitos rurais.



Figura 38: Escritório de advocacia.



Figura 39: Procuradoria Geral do Estado – PB.



Figura 40: Centro de Ensino da EJA.



Figura 42: Início da Av. João Machado.



Figura 43: Final da Av. João Machado.

Fonte: Autor, 2015.



**Figura 44: Vista parcial da Avenida João Machado.
Fonte: Hélio Mendes, 2013.**

A Avenida João Machado foi a primeira da cidade e possui, atualmente, 105 anos de existência. Ainda hoje, ela é uma das principais vias da cidade de João Pessoa, possuindo um intenso tráfego diário, e representando uma importante artéria da capital paraibana.

Como pode ser observada nos registros fotográficos, grande parte das suas edificações históricas ainda configuram a sua paisagem, constituindo um rico patrimônio histórico-cultural e memória viva da cidade. Muitas acompanharam a história da avenida e continuam funcionando com a mesma atividade daquela de sua criação, como é o caso da Escola Izabel Maria das Neves, que integra a rede pública estadual de ensino. Outras adquiriram função diferente, como por exemplo, o Orfanato Dom Ulrico, que hoje acomoda em seu prédio uma instituição de cursos profissionalizantes.

Durante seu percurso, verifica-se que um número considerável de edificações históricas está abandonado ou subutilizado. O governo do estado se utiliza de alguns dos casarões para acomodar os seguintes órgãos ou repartições: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, a 1ª Gerência de Ensino Estadual, a Corregedoria Estadual do Estado da Paraíba, um Centro de Ensino de Jovens e Adultos.

Constata-se atualmente que o uso do solo da Avenida João Machado está caracterizado como predominantemente comercial e de serviços, voltados principalmente à consultoria jurídica, assistência de eletrônicos e clínicas. Isso pode ser explicado pelo fato de, nesta via, estar localizados dois importantes equipamentos jurídicos: o Fórum Cível e o Fórum Criminal, em torno dos quais se organizam vários escritórios e serviços. Além disso, há nas imediações do seu percurso alguns hospitais e clínicas especializadas.

Através da análise da fotografia podemos relacionar alguns aspectos ligados ao passado da avenida. Verificamos, por exemplo, alguns casarões situados em lotes de grandes dimensões e dispendo de amplos jardins. De acordo com as características das construções, podemos identificar quais estilos influenciaram na sua edificação, qual a época em que foi implantada, e as origens de seus possíveis proprietários. Pois como se sabe, estes deixaram no espaço as marcas do seu modo de vida. Um exemplo dessas heranças pode evidenciado pela presença das exuberantes mangueiras ao longo de toda a avenida, aludindo aos pomares cultivados na paisagem quando da implantação das classes que reproduziam alguns hábitos do campo.

Um aspecto preocupante é o descaso, quer seja dos proprietários, quer seja das autoridades competentes, no tocante à preservação de várias edificações, que são monumentos

inestimáveis para a compreensão da história da cidade. A expansão dos bairros a partir da segunda metade do século XX provocou uma evasão dos residentes originais da área e, com isso, surge a especulação imobiliária, que vislumbra expandir seus negócios e implantar outros tipos de ocupação. É preciso haver uma valorização desses testemunhos da memória da cidade.

4.2 As intervenções modernizantes: projeto de melhoria para todos ou disciplinarização do espaço?

O trecho onde se instalaram as classes privilegiadas não compreendeu aquela área onde residiam trabalhadores da camada pobre que não contavam com as melhorias que tinha como discurso modernizante realizar benfeitorias na infraestrutura do espaço do bairro. O objetivo das orientações dos poderes municipal e estadual que regulavam as construções residenciais na área central da cidade era, na realidade, disciplinar o espaço urbano.

No entanto, como afirma Chagas (2004) foi sobretudo a condição econômica dos moradores foi o fator determinante do tipo de residência a ser construída. Os paraibanos melhores afortunados passaram a incorporar ao cotidiano a preocupação com as estruturas das suas casas. Desse modo, a camada rica dos moradores procurava impor aos demais moradores da cidade o seu estilo de vida e seus valores, prevalecendo-se sobre os demais.

Conforme Nascimento, a Cidade da Parahyba, no decorrer do período de 1850 a 1912, apesar do Código de Posturas conter uma série de leis avulsas que tentavam responder aos interesses e conflitos que se dão na cidade e negar seu passado de ruas tortuosas, esse aparato legal abarcava uma intencionalidade para além dos princípios das normas construtivas e do higienismo em tornar a cidade moderna e salubre.

Sobre esse aspecto, a autora afirma que

Os objetivos eram também de estabelecer delimitações entre os imóveis (terrenos e edificações) com os espaços públicos (ruas e praças, entre outros); de afastar os moradores de casas de palhas do perímetro urbano, de imprimir usos para as ruas, de ocupar os mendigos utilizando-se de seus serviços para construir a cidade modernizada. Posteriormente, determina-se quem pode fazer uso da cidade, consistindo naqueles que podem arcar com os custos desse “novo ideal” de cidade. (NASCIMENTO, 2013, p. 57)

Como podemos observar nas considerações dos autores, os poderes públicos se utilizavam de um instrumento da lei para fazer cumprir os preceitos incorporados pelo novo pensamento republicano, que consistia em superar o atraso de outrora, porém isso representava estabelecer relações que tinha no ideal da classe dominante o padrão de organização espacial e comportamento a ser absorvido pelas demais camadas sociais.

Com a intensa ocupação da classe rica na área nobre de Jaguaribe, fizeram-se necessárias algumas demandas urbanas para acomodar essa nova classe abastada que surgira no bairro e para suprir o desejo dessa camada social em superar o aspecto de “grande sítio” até então apresentado, conforme o projeto de modernização predominante no pensamento republicano da época.

Nascimento (2013) nos recorda que Lemos (2011, p.8) descreve Jaguaribe entre os anos de 1913 a 1926 como “desprovido de infraestrutura, Jaguaribe manteve sua paupérrima e bucólica paisagem, a qual revelava ‘descaradamente’ a condição social dos que ali viviam”.

Coube a João Lopes Machado (1908-1912) as primeiras tentativas de implementações visando à modernização da cidade. Com a abertura da Avenida Central, a primeira da Parahyba, em 1910, instalaram-se na referida via uma parcela importante da camada social privilegiada da cidade. Por esse sentido, Nascimento vai discordar de Lemos quando esta afirma que o bairro Jaguaribe, apresentava uma paisagem precária devido a ser ocupado pelo segmento humilde da sociedade.

Ressaltamos que o entendimento até agora construído no desenvolver da pesquisa, nos revela que o Subúrbio Jaguaribe não foi exclusivamente o lugar dos pobres, mas sim, existiu uma heterogeneidade, que durante as primeiras décadas do Século XX, mais precisamente na década de 1920, não existiu um predomínio de casas de palha e que com a incorporação paulatina de alguns equipamentos e serviços urbanos em determinadas ruas do subúrbio a paisagem urbana de Jaguaribe ganha novas formas e conteúdos, que culmina num processo de diferenciação e valorização espacial. (NASCIMENTO, 2013, p. 126)

De fato, com a instalação da classe rica e seus suntuosos casarões na Avenida João Machado, a partir de 1910, e na Rua das Trincheiras, a partir da década de 1920, o bairro de Jaguaribe passou a apresentar um quadro de moradores que formavam uma heterogeneidade, seja quanto à origem social, seja quanto ao uso do solo e como expressava seu modo de vida através do espaço habitado. Estes novos moradores, influentes e que gozavam de privilégios junto ao poder local, passaram a exigir uma nova forma de planejamento do espaço, devendo este apresentar as características de um ambiente moderno e confortável para acomodá-los.

No entanto, o desejo da elite em tornar a cidade civilizada e moderna, tomando como exemplo o modelo de modernidade o meio urbano dos países industrializados, concebendo que através dessa modernização se poderia alcançar o sonhado progresso. Na Cidade da Parahyba, esse ideal de progresso tinha como proposta grandes transformações no tecido urbano, que deveria passar a ser dotado de uma infraestrutura com equipamentos e espaços que melhorassem as condições de vida de seus habitantes.

Na prática, esse processo de modernização e urbanização foi marcado por conflitos socioespaciais e provocou diferentes impactos produzidos por realidades diversas. Nesse contexto, o bairro de Jaguaribe vai se apresentar como um espaço segregado como consequência das perspectivas e realizações adversas entre seus agentes sociais. De início, é importante as compreender que ações que tinham como proposta tornar a cidade um espaço moderno “foi financiado pela economia algodoeira e fruto da necessidade dos governantes deixarem marcas de sua gestão na cidade, com grandes obras” (NASCIMENTO, 2013, p. 127).

Com isso, para tornar o projeto modernizador possível, passou-se a provocar o afastamento das camadas pobres das principais ruas da cidade, lançando-os nos arrabaldes e subúrbios da capital. Para facilitar o controle e a manutenção da ordem, foi criado o Orfanato Dom Ulrico (1912) e o Instituto de Proteção a Infância (1912). Tais institutos, de caráter religioso, tinham como função acolher os pobres e desamparados, evitando que estes se tornassem “vadios” e “improdutivos”. É pertinente revelar aqui que muitos mendigos tiveram sua mão-de-obra utilizada em diversas obras de intervenção do tecido urbano da cidade. Algumas ruas do bairro Jaguaribe, principalmente aquelas onde moravam as classes mais abastadas, tiveram suas obras de benfeitorias utilizadas por esse segmento social de desalojados.



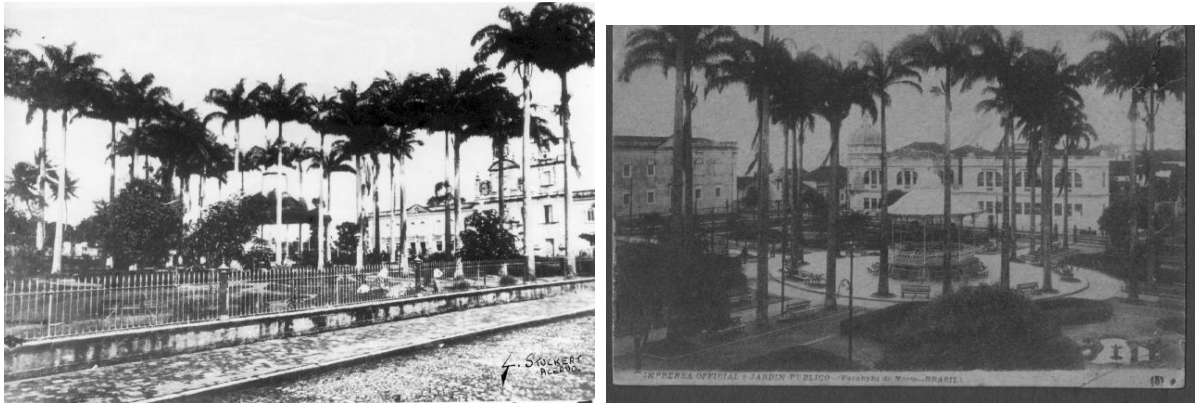
**Figura 45: Presos por vadiagem trabalhando no calçamento da Rua da Palmeira.
Fonte: Arquivo Histórico Público Estadual.**

Muitos desses homens e mulheres pobres se dirigiram para o Subúrbio Jaguaribe, recebendo acolhimentos das instituições religiosas, que recebiam apoio financeiro da própria elite para desempenhar tal papel. Essas ações foram muito importantes, como comentamos anteriormente. Pois, além de alocá-los nas áreas desabitadas do bairro Jaguaribe, colaboravam para a manutenção da ordem, evitando possíveis agitações sociais.

Nesse bojo de contradições entre discurso e realidade, Sá (2009) comenta que fazer parte da elite paraibana, no início do século XX, representava participar de um pequeno núcleo social, sendo seus integrantes ligados por laços políticos e familiares que conduziam as decisões sobre as transformações da Cidade da Parahyba, lembra Nascimento. Por sua vez, a camada pobre da sociedade estava constituída por mendigos e trabalhadores, destaca (CHAGAS, 2004). Compôr a camada pobre significava não ter condições de arcar com os custos desse ideal de cidade modernizada, urbanizada e disciplinada. (NASCIMENTO, 2013).

As intervenções de melhoramentos do espaço público passaram a provocar mudanças na paisagem urbana, com construções orientadas ao interesse da construção civil. Segundo Silva (2001) também ocorreram mudanças de nomes de ruas, inauguração de praças e de

monumentos com bustos e estátuas de figuras e fatos históricos. Foram realizadas implementações compondo o espaço com coretos, fontes, bancos e arborização. A construção do Jardim Público, no ano de 1910, sinalizava os novos tempos com criação de obras que transformaram o cotidiano dos habitantes proporcionando um espaço para manifestações culturais.



Figuras 46 e 47: Jardim Público 1910.

Fonte: Humberrto Nóbrega.

No tocante à situação de abastecimento de água no início do século XX, na Cidade da Parahyba, Chagas (2004, p. 36) nos recorda que “era possível observar moças e rapazes se banhando nos rios, enquanto profissionais e outros cidadãos eram abastecidos por aguadeiros, que negociavam de porta em porta”.

Além de banho em rios, a população também retirava água das cacimbas para o consumo e preparação de alimentos. Sem saneamento, os dejetos provenientes das casas escoavam a céu aberto, denunciando a necessidade de melhorias no aspecto sanitário. Nesse sentido, os médicos sanitaristas passaram a reclamar melhorias modernizantes para a efetivação do saneamento da cidade e abastecimento de água tratada para os habitantes.

O jornalista Vitor Kromenacher tece o seguinte comentário sobre as iniciativas de abastecimento de água, na Parahyba, alegando que a capital:

Estava completamente desprovida de saneamento. Não possuía ainda abastecimento d’água potável, nem esgoto para levarem ao longe as águas servidas e as matérias esgotáveis. A água era fornecida por diversas cacimbas e o lixo era carregado por carroças meio fechadas, as quais levavam consigo e semeavam por toda a parte de seu percurso os germes mórbidos da cidade. (...) Como na maior parte das cidades do Brasil, tudo ou quase tudo está por se criar (...) (*apud* CHAGAS, 2004, p. 87).

Alguns médicos criticavam ainda a coordenação do projeto de modernização da cidade, uma vez que era composta de engenheiros e não contemplavam a questão hídrica,

desse modo não aproveitando todo o potencial dos rios que circundavam a cidade, sendo o rio Jaguaribe um dos principais deles.

Sobre o período do início das ações visando sanar os problemas hídricos, Vidal (2004) tece os seguintes comentários sobre as iniciativas tomadas pelo governador João Machado:

Familiarizado com o trinômio sanear, embelezar e circular, e diante das inúmeras carências da cidade, ele investiu, de início, em solucionar o problema do abastecimento d'água, pois uma cidade que se queria moderna e salubre não podia continuar a consumir águas de bicas, chafarizes e cacimbas; não era compatível com a imagem de progresso que a água chegasse em barris no lombo de burros. (p 31)

As obras para regularização do serviço de abastecimento da água, na Cidade da Parahyba iniciaram-se no ano de 1909, a partir do projeto hidráulico do engenheiro Miguel Raposo, também responsável pelo projeto de abertura da Avenida Central (atual João Machado). Inicialmente, realizou-se a limpeza e o escoamento das águas da bacia do rio Jaguaribe. Posteriormente foi construído o primeiro poço na Mata do Buraquinho. No ano seguinte, intensificaram-se os trabalhos para a instalação do serviço regular de abastecimento de água na cidade. Dentre as obras, realizou-se a abertura de mais três poços no Rio dos Macacos e a abertura das valas do Rio Jaguaribe. Além disso, a torre hidráulica para abastecimento da água foi situada na Avenida João Machado.



Figura 48: Aguadeiro na Gama e Melo.
Fonte: Stuckert.



Figura 49: Estação de Abastecimento.
Fonte: Stuckert.

Acerca dos serviços de abastecimento regular da água, comenta Nascimento (2013, p.73):

Durante o governo de João Machado implementou-se a primeira parcela do sistema de abastecimento d'água com alguns problemas de distribuição, já que não atendia à totalidade da população. Inicialmente só parte da Cidade Alta foi contemplada com

o serviço de abastecimento, em 1911. Em 1912, os serviços de abastecimento de água foram ampliados para outras vias.

O primeiro serviço regular de água encanada, instalado em 1912, limitou-se às residências de alguns moradores de alto poder aquisitivo de algumas ruas da cidade (MAPA). Aqueles moradores que não tinham condições de arcar com os altos custos de instalação do serviço, por sua vez, continuaram sendo abastecidos através dos aguadeiros.

No ano de 1913, foi erguido, na Rua da Palmeira, um chafariz para abastecer os moradores da localidade, visto que os moradores tinham como principal abastecedor o rio Jaguaribe. Porém, essa nova obra localizava-se muito distante de onde residiam os moradores do bairro, que por isso continuaram tendo o corpo hídrico fluvial para tomar banho, lavar roupas e consumo humano.

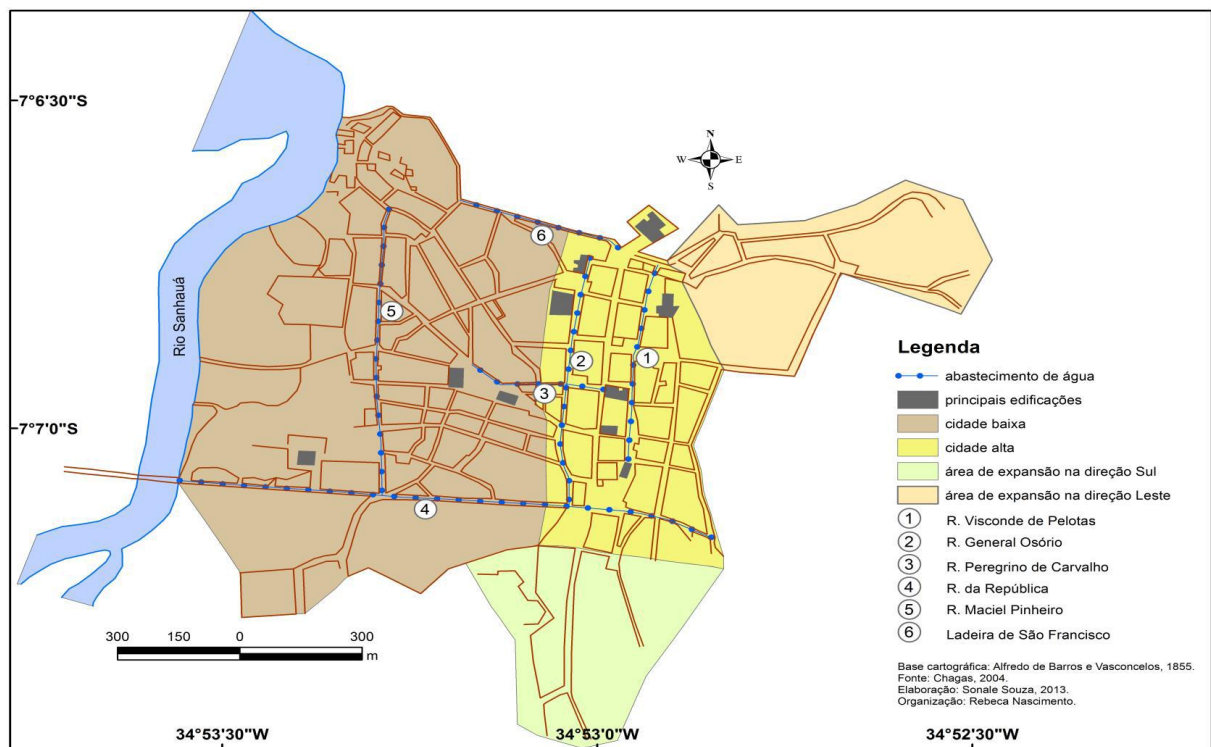


Figura 50: Abastecimento de água da Cidade da Parahyba – 1912.
 Fonte: Nascimento, 2013.

Dos novos serviços urbanos, a iluminação pública era um dos mais almejados pela elite cidadina, por intelectuais e pelo poder público, bem como pelos habitantes em geral, pois até então, de acordo com Maia (*et al.* 2009) apenas alguns equipamentos públicos, como o Palácio, o Lyceu, a Cadeia e o prédio de Administração de Rendas contavam com iluminações públicas, além de algumas ruas, prestigiadas por abrigarem as classes privilegiadas.



Figura 51: Cadeia, s/a.
Fonte: Stuckert.



Figura 52: Palácio, s/a.
Fonte: Stuckert.

Portanto, a população não tinha hábitos noturnos, restringindo-se apenas às atividades religiosas, como algumas celebrações e missas. Essa relação evidencia a forte influência da Igreja sobre a vida pública dos moradores da Cidade da Parahyba.

Além de insuficiente, a iluminação pública, no início do século XX, apresentava-se ineficiente, visto que utilizava tecnologias obsoletas. Maia afirma que

[...] durante todo o século XIX e início do século XX, esse serviço urbano deu-se de várias maneiras nas cidades brasileiras, numa sucessão de diferentes tecnologias que ia desde a utilização da queima de óleos (óleo de mamona e de peixes) e de gás até culminar com a energia elétrica” (*et al.* 2009, p. 03)

Em pesquisa documental (trabalhos acadêmicos específicos), constatou-se que o principal argumento dos gestores administrativos no tocante a esse aspecto (e tantos outros que se destinam a beneficiar da população em geral) era de que não poderia ser oferecido em melhor qualidade, ou utilizando tecnologias mais modernas, devido alto custo para instalação e manutenção ser incompatível com os orçamentos disponíveis do poder público.

Para uma cidade que passou a almejar sua inclusão no grupo das cidades modernas, a “implementação de um sistema de luz elétrica aproximaria a Parahyba da condição de

modernidade e garantiria às classes dominantes a certeza dos novos hábitos” (CHAGAS, 2004, p. 55).

Com a possibilidade de adquirir uma vida noturna, os novos cidadãos se introduziram numa dinâmica social que representava prestígio e simbolizava os tempos modernos. Somente em 04 de outubro de 1910, através de uma parceria público-privada assinada pelo então governador João Lopes Machado e que contratava o serviço de iluminação pública e tração elétrica, a ser realizado pela empresa Tração Luz e Força Parahyba do Norte. No ano de 1911, chegaram à cidade os primeiros equipamentos para a implantação da iluminação elétrica.

Postes passam a substituir as estruturas de madeira a partir de dezembro do mesmo ano, quando a Usina de Luz Elétrica inicia suas atividades, na Rua Tambiá.

Assim no dia 14 de março de 1912 era inaugurado o serviço de iluminação pública na cidade da Parahyba (atual João Pessoa), com 500 lâmpadas de 32 velas cada, que eram alimentadas por um gerador de 420 Kva e acionado por uma caldeira a vapor alimentada por toras de madeira (MAIA *et al.* 2009, p. 13)

Com a implantação da energia elétrica, um dos equipamentos urbanos que mais contribuíram para a transformação do cotidiano da cidade foi o bonde elétrico, que passou a funcionar no ano de 1914 (substituindo o bonde puxado a tração animal, utilizado desde o século XIX).

Sobre as mudanças impressas na paisagem, decorrentes da implantação da iluminação pública, Nascimento (2013, p. 80) afirma que:

[...] a sociedade parahybana estava agitada com tais mudanças: ampliação do perímetro urbano, com a abertura de várias ruas e avenidas, a entrega de parte do abastecimento de água, a eletricidade, o sistema de bondes a tração animal, os passeios domingueiros pelas praças e pelo Jardim Público.

A implantação da iluminação pública alterou profundamente o cotidiano do espaço urbano que, a partir de então, passa a apresentar uma interação social para além do período diurno, configurando-se num espaço onde equipamentos públicos (praças e jardins, principalmente) tornam-se lugares de socialização até outrora quase inexistente.



Figura 53: Iluminação no Jardim Público.
Fonte: Stuckert.



Figura 54: Usina de Luz Elétrica, s/a.
Fonte: Stuckert.



Figura 55: Bonde elétrico na Av. João da Mata, década de 1930.
Fonte: Stuckert.

No bairro de Jaguaribe, o bonde elétrico, iniciou seu funcionamento apenas a partir de 1932. A sua introdução foi muito importante, uma vez que facilitou o acesso dos trabalhadores até o centro da cidade, transportando-os de suas casas até o local de trabalho (até então, a Cidade Baixa, absorvia a mão-de-obra dos residentes da Cidade Alta), geralmente as fábricas e o comércio.

No entanto, esse novo meio de transporte foi introduzido como um elemento que atendia aos interesses dos ricos, uma vez que seu horário de funcionamento apenas contemplava o horário do comércio e das indústrias existentes, configurando-se num mero interesse de apenas facilitar o transporte de seus empregados para que os mesmos chegassem mais cedo para aumentar a produtividade das crescentes indústrias, mantendo a ordem social vigente entre ricos e pobres, privilegiados e explorados, e se organizando segundo os interesses do capital.

Portanto, assim como as outras iniciativas de melhorias para a cidade não abrangia e beneficiava toda a população, limitando-se apenas às principais ruas da cidade, onde residiam as classes mais abastadas, revelando desde a época que o progresso não se destinava a todos.

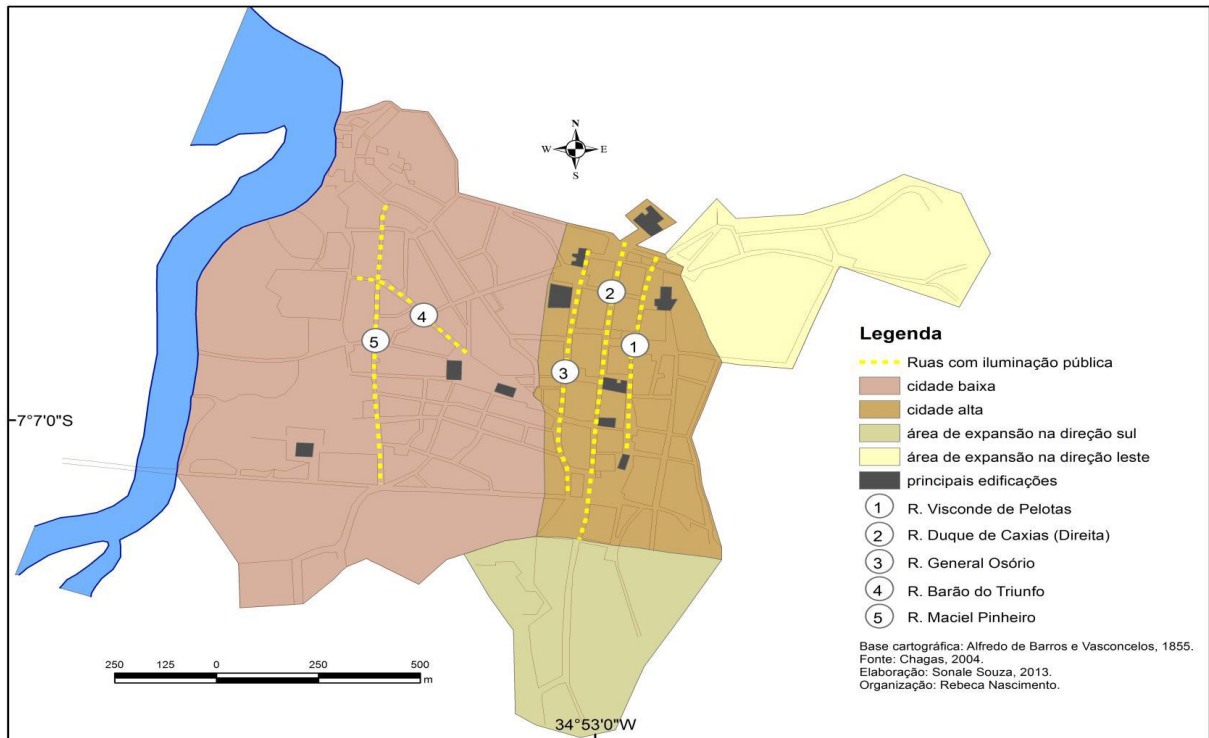


Figura 56: Ruas da Cidade da Parahyba com Energia Elétrica em 1912.
 Fonte: Nascimento, 2013.

Outro aspecto que se encontrava em situação precária do ponto de vista da paisagem urbana era a condição de higiene e salubridade da cidade. A imprensa da época passou a tecer reclamações públicas e a cobrar ações dos administradores. Vejamos esse trecho retirado da Revista A Philipéia, de 1909, e transcrito por Maia (*et al.* 2012):

Não temos duvida que entre os grandes problemas administrativos, que ora preocupam (ao governo do Estado) merece-lhe especial atenção o estado higiênico do nosso meio, infelizmente tão descuidado por seus antecessores [...]. Reflecta bem o nosso publico sobre os perigos que offerecem esses focos perniciosos que muitas vezes demoram a poucos passos da sala de refeições de certos domicilios, e diga-nos si o saneamento da nossa capital pode soffrer mais adiamentos, já com uma população de 25000 almas, segundo dados officiaes. (PHILIPÉIA, 1909).

Exposta essa condição indesejável para aqueles que passaram a pensar a cidade como passível de se tornar “bela, saudável e civilizada”, médicos sanitaristas, principalmente, defendiam a mudança dos pobres que moravam no centro para os arredores da cidade como uma medida de solução para livrar esse espaço dos agentes contagiosos que tornavam a capital por demais insalubre e sem higiene. Diante disso, passaram a impor duras condições de comportamento higiênico aos pobres que se alocaram no centro da cidade da Parahyba.

Esquecidos e desamparados de assistência do poder público, e sofrendo coerção das autoridades policiais, que passaram a ser o aparelho de execução pela força, essa população de desvalidos foi forçada a se instalar nos arrabaldes da cidade, onde não representasse uma ameaça à saúde pública e, principalmente, à elite urbana.

Desse modo, muitos deles se deslocaram para o bairro Jaguaribe e iam sendo acolhidos pelos religiosos da Santa Casa da Parahyba, que lhes aforavam terras e até mesmo construía residências para os que não tinham condições de arcar com a construção de suas moradias. Vale aqui salientar que essas edificações eram simples, construídas com taipa e cobertas de palha, que compuseram a paisagem de Jaguaribe em suas primeiras construções, passando o bairro a ser visto como um bairro habitado eminentemente pelas classes pobres.

Mesmo se instalando em lugar afastado do centro e mantendo certa distância de onde morava a elite urbana, aqueles que compunham as classes pobres ainda eram vistos como motivo de preocupação para as autoridades médicas. Havia-se o temor de que doenças contagiosas atingissem outras classes sociais. Diante disso, a classe pobre de Jaguaribe sofreu, nas primeiras décadas do século XX, muitas ações não só no tocante à higienização, como também de caráter moral a fim de manter a ordem nas ruas e evitar a proliferação de doenças, principalmente a varíola. Ancorando-se nas palavras de Chagas (2004), no cenário de

higienização da cidade “apontava-se um responsável pela disseminação dessa doença, ao invés de erradicá-la” (p. 235).

O autor afirma que apenas o afastamento dos indivíduos pobres do centro da urbe para outros lugares de nada adiantaria se não se investisse na melhoria da infraestrutura sanitária. Como muitos moradores do bairro de Jaguaribe pertenciam às classes de domésticas e trabalhadores (operários, comerciantes) que se deslocavam até o centro da cidade para desempenhar suas funções, mesmo tendo Jaguaribe como reduto de moradia, esses indivíduos estavam em contato diário com as classes privilegiadas que residiam no centro da cidade.

Portanto, as intervenções nos espaços onde estavam abrigados os desvalidos se configuraram em ações arbitrárias que passaram a definir a vida social destes e estabelecer relações de poder entre as classes. Por isso, os despossuídos e “incivilizados” foram expulsos e tiveram suas casas demolidas, pois não se enquadravam nos modelos de higienização requeridos. Posteriormente, mesmo se encontrando alocados em Jaguaribe, os integrantes das classes pobres continuaram sendo alvo de ações implementadas pelos médicos sanitaristas.

Uma dessas medidas foi a vacinação de combate às doenças infectocontagiosas, que poderiam assolar os pobres e se propagar em meio aos cidadãos. Outro fator que preocupava os sanitaristas eram os materiais com os quais eram construídas as casas dos habitantes de bairro. Compostas, em sua maioria, por materiais simples de construção, como o barro, madeira e palha, os médicos temiam que esses recintos viessem a se tornar potenciais focos de agentes que comprometessem a salubridade e higienização do lugar.

Merhy (*apud* CHAGAS, 2004, p. 236) em sua análise sobre capitalismo e saúde pública no Brasil, afirma que o grupo desse tipo de casa “passou a ser considerado o ponto vulnerável do sistema de defesa da higiene urbana”. No entanto, as condições financeiras dessas famílias, que já haviam sido acolhidas através das ações de caridade dos religiosos, não permitiam que as mesmas realizassem benfeitorias em suas moradias, e também o poder público não tinha políticas de construção de casas para alocá-los. Portanto, as recomendações dos médicos sanitaristas para que demolissem essas casas consideradas inadequadas à higiene do espaço não se efetivaram significativamente. Entretanto, o trecho conhecido como Jaguaribe, onde moravam as classes mais humildes do bairro, não esteve incluída e nos planos de modernização da cidade da Parahyba.

Não sendo procedidas as suas recomendações no tocante às precárias estruturas das casas, os médicos sanitaristas continuaram com suas intenções de intervir naqueles espaços vistos como insalubres e propícios à proliferação de doenças, agora com o olhar voltado para

as ruas, visto que estas se encontravam, normalmente, em condições degradáveis, tomadas pelo lixo, pelos esgotos a céu aberto e, além do mais, não contavam com calçamento. Como a cidade não dispunha de um sistema eficiente de coleta, as orientações das autoridades públicas eram a de que incinerassem os resíduos produzidos, o que também não era visto como uma boa solução pelos especialistas em saúde, que continuavam tecendo duras críticas aos administradores públicos, visto a inoperância dos gestores perante tal situação.

As principais intervenções nesse sentido e que acabaram por beneficiar os moradores de Jaguaribe foram algumas ligadas às melhorias da estrutura da tradicional feira realizada no bairro, quando a prefeitura passou a realizar a coleta da sujeira nas ruas adjacentes e de onde se localizava a feira. Embora tenham sido efetuadas essas ações de melhoria no espaço do referido lugar, o principal objetivo delas era o de beneficiar diretamente o conforto das elites, que eram consumidores dos produtos negociados na feira e assim preservar seus hábitos de higiene e salubridade.

4.3 A instalação das elites no bairro de Jaguaribe

A partir das primeiras décadas do séc. XX, o bairro de Jaguaribe, especialmente a área localizada à direita da Rua Vera Cruz (atual Aderbal Piragibe), com destaque para as Ruas das Trincheiras, Rua da Palmeira e Capitão José Pessoa, passou por um processo de ocupação mais intensa da elite agrária que, impulsionada pelo lucro da cultura algodoeira, começou a se instalar na capital paraibana e nesse local se fixar, trazendo consigo os modos de vida e seus hábitos rurais.

Nesse processo de transformação da paisagem, o processo de edificação ocorreu de forma semelhante ao implantado na Avenida João Machado: casas suntuosas e palacetes, exibindo toda a pompa da nova elite cidadina, contrastando com as moradias existentes até então no bairro. Vejamos as imagens a seguir:



Figura 57: Casa de palha em Jaguaribe.
Fonte: Ribeiro, 2000.



Figura 58: Residência na Rua Trincheiras.
Fonte: Autor, 2015.

A observação das imagens nos revela grandes diferenças a partir da estrutura das edificações. Uma breve análise quanto à localização, a fachada, a infraestrutura e os materiais utilizados nas construções nos permitem um reflexão com o objetivo de compreender a origem dos proprietários dessas residências e suas marcas materializadas no espaço.

Conforme afirma Halbwachs (*apud* NASCIMENTO, 2013), o grupo social ao ocupar um determinado lugar deixa suas marcas no mesmo. Assim, o espaço passa a corresponder a aspectos diferentes da estrutura de vida e, por conseguinte, da estrutura da sociedade. Nesse bojo, observamos que as diferentes marcas materializadas segundo o modo de vida produziu níveis diferentes de paisagem.

A abertura da Avenida João Machado e com a acumulação de capital advindo da produção algodoeira, permitiu alguns melhoramentos que proporcionaram a expansão para além do centro urbano, em direção ao eixo sul, através da Rua das Trincheiras.

Segundo Galliza (*apud* NASCIMENTO, 2013), durante o período de 1889 a 1912, a produção do algodão subsidiou os empreendimentos e melhoramentos urbanos na Cidade da Parahyba. A população da cidade encontrava-se concentrada no seu casco original, dividido em Cidade Baixa e Cidade Alta.

Dessa forma, ancorando-se nas afirmações de Tinem (2006) a burguesia enriquecida pelo comércio, os profissionais liberais e os proprietários rurais abandonaram a cidade baixa, congestionada pelas atividades comerciais para morar nessas novas áreas [Tambiá e Trincheiras], urbanizadas e dotadas de infraestrutura.

Para a autora, alguns elementos evidenciavam os novos tempos, fazendo com que essas camadas abastadas fossem atraídas para essas áreas e desejassem se deslocar da área

tradicional da cidade. “As chamadas ‘mansões do algodão’ e assim como o bonde puxado a burro que percorria a rua refletiam as transformações e o progresso urbano”. (TINEM, p. 228)

Sobre tal colocação, Waldeci Chagas tece o seguinte comentário:

A transferência dos proprietários rurais para a capital, sua incorporação às elites e o desejo de quererem se afastar do mundo rural, visto como antigo e atrasado, passaram a justificar a implementação dos serviços de infraestrutura urbana, ou seja, a modernização da cidade. Esse processo foi resultado da renda proveniente do algodão que possibilitou aos produtores e comerciantes desse produto adquirirem uma casa na Capital e desfrutarem da modernização. Acrescente-se a isso o fortalecimento das finanças do estado patrocinado pelo algodão, uma vez que, de 1900 a 1929, este foi o principal produto nas exportações da Parahyba, superando a cana e o gado. (CHAGAS, 2004, p. 39-40).

Portanto, as classes sociais ricas da cidade da Parahyba passaram a adquirir terrenos nas Trincheiras e a construir suas suntuosas residências. Essas novas edificações de residências tinham por cuidado obedecer ao Código de Posturas que previa construções de características modernas, evitando disposições irregulares das casas que tornavam as ruas desorganizadas e desalinhadas. A rua deveria agora simbolizar os novos tempos, e isso deveria ser observado a partir das feições modernas do novo *locus urbano* agora habitado pelos barões do algodão.

O conjunto arquitetônico dessas edificações se diferenciou e representava o estilo de construir da época, que muito era influenciada pelo pensamento dominante das relações sociais. Mais do que apenas recintos de moradias, essas casas procuravam representar em sua arquitetura o poder econômico e importância social dos seus proprietários. Para isso, residências apresentavam, geralmente, fachadas elaboradas que garantiam uma imponência de quem queria se mostrar modernos e poderosos. Num primeiro momento, essas novas moradias apresentavam um conjunto de residências com características arquitetônicas remanescentes do período colonial e apresentavam um estilo neoclássico.

Vejamos os principais grupos arquitetônicos que configuraram a paisagem da Rua das Trincheiras nas primeiras décadas do século XX.

Grupo 1: Conjunto arquitetônico de influência eclética e implantação colonial.

Nas décadas de 1920 a 1930, irão surgir os conjuntos residenciais, construídos pela classe média, que se apresentavam dispostas em fileira, geminadas, com um estilo de influência eclética, porém apresenta características das edificações do período colonial. Representam a transição dos sobrados para as casas térreas.



Figuras 59 e 60: Conjunto arquitetônico de influência eclética e implantação colonial.
Fonte: Autor, 2015.

Grupo 2: Mansões do algodão

Ainda na década de 1920, foram edificadas residências que buscavam se desvincular, nas suas formas, com as construções de influência colonial. Surgiu o grupo residencial com espaçamento lateral entre uma casa e outra. Inovações tecnológicas, surgidas a partir da crescente industrialização, propiciaram a introdução de novos elementos constitutivos, como o telhado, portas e janelas melhor elaboradas, proporcionada pela implementação da técnica de madeira serrada, e o uso de calhas. Essas construções passaram a ocupar a área nobre das Trincheiras, configurando a paisagem com as chamadas “mansões do algodão”, pertencentes aos ricos comerciantes, senhores de engenho e profissionais liberais.

Na década de 1920, essa camada social instalada na Rua das Trincheiras, usufruía dos elementos urbanos que representavam o progresso anunciado pela nova mentalidade da época. Entre eles, estava a utilização do bonde puxado à tração animal.



Figuras 61 e 62: “Mansões do algodão”. Fonte: Autor, 2015.

Grupo 3: Construções de inspiração *art nouveau*

Nas décadas de 1920 e 1930, estes palacetes visavam transmitir imponência em suas fachadas e demonstrar a condição privilegiada de seus residentes: comerciantes, latifundiários e profissionais. Surgem novas edificações de alto padrão. Possuíam lotes amplos, sótãos alguns metros acima do chão e jardins nos seus domínios de abrangência, que lhes garantiam um aspecto de grandiosidade. A zona de serviço construída na parte posterior da residência, reduzida e escondida dos demais, utilizando o recuo lateral.



Figuras 63 e 64: Casas soltas no lote.
Fonte: Autor, 2015.

Grupo 4: Edifícios de influência inglesa.

Entre as décadas de 1920 a 1940, residências de influência arquitetônica inglesa também foram edificadas na Rua das Trincheiras. Os bangalôs – do inglês *bungalows* – passaram a figurar na paisagem, sendo de propriedades da classe burguesa de Jaguaribe. Essas construções eram caracterizadas, geralmente, por construções de dois andares, com varanda no piso superior e apresentava diferentes alturas de telhado. Procurando uma maior interação com o ambiente externo à moradia, descartando os altos porões. Desaparecem os grandes desníveis entre o piso e a rua.



Figuras 65 e 66: Bangalôs.
Fonte: Autor, 2015.

Além da Rua das Trincheiras, outras importantes artérias do bairro passaram a receber uma crescente ocupação de residências de alto padrão. Foram elas a Rua Irineu Joffily, a Rua da Palmeira (atual Rodrigues de Aquino) e a Avenida Capitão José Pessoa. Procederemos o estudo com um breve análise da paisagem de cada uma delas.

Rua Irineu Joffily



Figura 67 a 70: Aspectos da Rua Irineu Joffily.
Fonte: Autor, 2015.

Importante via de ligação entre a Rua das Trincheiras e a Rua da Palmeira, ainda conserva a maior partes de suas edificações. Quanto ao estilo de construção, apresenta-se diversificado, predominando as casas geminadas de implantação colonial, própria da camada social de classe média. A grande maioria encontra-se ocupada, enquanto algumas estão postas a aluguel e outras estão em estado de abandono e deterioração.

Rodrigues de Aquino



**Figuras 71 a 74: Aspectos da Rua Rodrigues de Aquino.
Fonte: Autor, 2015.**

Paralela à Rua das Trincheiras, essa via tem seu início no centro da cidade e se estende até a confluência com a Avenida Capitão José Pessoa. Durante o seu percurso encontram-se alguns testemunhos de edificações de diversos estilos e épocas. Variam desde modestas casas geminadas, passando por prédios de influência inglesa até os casarões. Muitas das suas construções sofreram modificações, apesar de ser possível identificá-las através de algumas características. Também podem ser observadas algumas unidades abandonadas e outras deterioradas ou postas pra alugar.

Avenida Capitão José Pessoa



Figuras 75 a 78: Aspectos da Avenida Capitão José Pessoa.
Fonte: Autor, 2015.

Outra importante artéria do bairro, a Rua Capitão José Pessoa possui e alguns casarões suntuosos no trecho do lado direito da Avenida Aderbal Piragibe, uma das principais de Jaguaribe. A maioria dos que resistiram ao tempo apresentam-se em bom estado de conservação, tendo usos variados. Alguns acomodam órgãos públicos municipal e estadual, e os demais servem de moradia usual e por ocupação irregular. No trecho localizado à margem esquerda da Avenida Aderbal Piragibe pode ser encontrado um pequeno conjunto de casas geminadas, em bom estado de conservação, parcialmente modificada, contendo três unidades. Todas desempenham a função de moradia.

Vale salientar que tanto a Rua das Trincheiras quanto a Rua da Palmeira (atual Rodrigues de Aquino), foram as primeiras a receberem essas edificações suntuosas, pois aproveitaram as vias já existentes nesses locais, que contavam com ruas ou estradas desde o final do século XIX, bem como serem locais recentemente planejados. Por interligar essas

duas importantes ruas do bairro, a Rua Irineu Joffily foi ocupada por residências de diferentes estilos, predominando as edificações geminadas. Por sua vez, a Avenida Capitão José Pessoa apresenta um rico conjunto arquitetônico histórico, mais característico aos casarões do algodão.

O trecho nobre do bairro Jaguaribe atraiu, até a década de 1950, significativamente muitos outros cidadãos, visto que nesse perímetro urbano os melhoramentos dos serviços públicos configurava o espaço mais propício para a instalação dos novos moradores ávidos para se beneficiarem dos equipamentos considerados modernos.

Os novos moradores cidadãos, representantes da elite rural, do comércio e profissionais liberais, ao implantarem residência fixa na capital, trouxeram consigo e imprimiram, em suas imponentes residências, algumas características comuns ao campo, como extensos quintais, pomares onde se cultivavam árvores frutíferas, além de amplos jardins, incorporando os hábitos e estilos às suas vidas na cidade, podendo ser observado através das residências que formam o conjunto arquitetônico da paisagem do bairro.

4.4 A modernização do espaço e a segregação espacial

Conforme Villaça (*apud* NASCIMENTO, 2013), o processo de segregação socioespacial dá-se quando há a concentração em áreas de uma determinada classe ou camada social. Ao analisarmos o processo de construção da Cidade da Parahyba, verifica-se que o bairro de Jaguaribe, nas primeiras décadas do Século XX, pouco dispõe de equipamentos e serviços urbanos. As intervenções implementadas com o objetivo de tornar a cidade moderna encontrou maior campo de atuação nos espaços onde se concentravam a elite do bairro, notadamente na Rua das Trincheiras, Rua da Palmeira e adjacências.

Segundo Nascimento (2013) poucas são as intervenções no espaço do Subúrbio Jaguaribe que se restringe a prolongamento e abertura de novas artérias. Dessa forma, mesmo com a configuração do bairro não apresentando uma organização de acordo com as formulações do espaço, o termo urbano foi incorporado para designá-lo, sendo mais por força do ideal do que na realidade. Entretanto, a materialização nas diferentes organizações espaciais construídas de acordo com a situação de *status* social irão revelar as diferenças socioeconômicas através de formações paisagísticas diferenciadas. Enquanto as ruas formadas de moradores nobres iam sendo dotadas de crescente melhoria em sua infraestrutura, as vias

onde residiam as camadas pobres, não recebiam a mesma atenção, resultando em diferentes paisagens num mesmo bairro, num mesmo período da história.

Sobre esse processo, Villaça (2001), argúi que o processo de segregação serve e é fundamental para relação de domínio de uma classe social sobre outra que se dá por meio do espaço construído. (*apud* NASCIMENTO, 2013, p. 118). Nesse contexto, o Estado na condição de poder instituído é um agente fundamental na produção do espaço. Entretanto, a história nos revela que suas interferências, quase sempre, são desprovidas de neutralidade.

Clemente (2012, p. 45) aponta que segundo Clichevsky (2000), as formas de atuação das políticas dos agentes públicos e, sobretudo do mercado de construção civil, induz a ocupação de áreas desprovidas de infraestrutura, com altos custos de urbanização, e agrava a segregação socioespacial, uma vez que essas áreas são ocupadas por uma parcela da população pobre.

No caso de Jaguaribe, as ações desse agente modelador procurou legitimar e consolidar o modelo segregado do espaço, a partir de sua estruturação com base no interesse do capital e das classes abastadas, criando um espaço social e economicamente segregado.

4.5 A expansão da cidade, as transformações e as permanências

O processo de crescimento da capital paraibana e sua expansão em direção à orla marítima, a partir das décadas de 1960-1970, provocaram algumas modificações nas áreas tradicionais ou históricas da cidade. Aqueles espaços onde estavam alocadas as camadas sociais mais abastadas passam a perder seu caráter residencial quando os moradores de alto poder executivo passam a migrar para as residências de alto padrão nas proximidades do litoral. Concomitante a esse processo, o casco original vai deixando de ser o centro comercial e financeiro da cidade a partir da criação de centros secundários, ou subcentros, e descentralização dessas atividades.

Villaça (1988) considera que a principal causa de abandono do centro pelas elites, sobretudo na década de 1970, o aumento da mobilidade espacial motivada pela intensificação do uso do automóvel pelos segmentos sociais de mais alta renda, fator que estimulou as novas frentes de acessibilidade e a produção de um novo espaço urbano, recorda Clemente (2012, p. 44).

Roberto Lobato Corrêa (*apud* MAIA, 2008) ressalta que esse processo foi bastante comum na dinâmica das cidades brasileiras e que muitas vezes transformaram o núcleo original da cidade em uma área de inércia.

Outro fator que contribuiu a expansão da cidade pode ser explicado a partir do suporte financeiro permitido pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) para administrar o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) com recursos oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Surgiram conjuntos habitacionais como o Bairro dos Estados, Expedicionários, Miramar e outros bairros que atraíam a classe de alta renda. De acordo com Castro (2006) a adoção dessa política habitacional resultou na diminuição do interesse habitacional na região central da cidade, bem como na ameaça de perda de consequências irreparáveis de um patrimônio construído de significado histórico e cultural.

Maricato (*apud* CLEMENTE, 2012, p. 44) reforça essa ideia ao afirmar que a utilização de recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) difundiu um modelo de implantação periférica dos seus conjuntos, contribuindo na extensiva expansão horizontal de muitas cidades. Com a criação de novas estruturas, as classes de alto poder aquisitivo passaram a avançar no sentido leste, em direção às praias de Tambaú e Cabo Branco, que eram frequentadas pelas elites apenas em época de veraneio. Esse deslocamento tornou-se possível através pela mobilidade através da Avenida Epitácio Pessoa, que fora aberta em 1933. A expansão dos setores de comércio e serviços na região central da cidade.

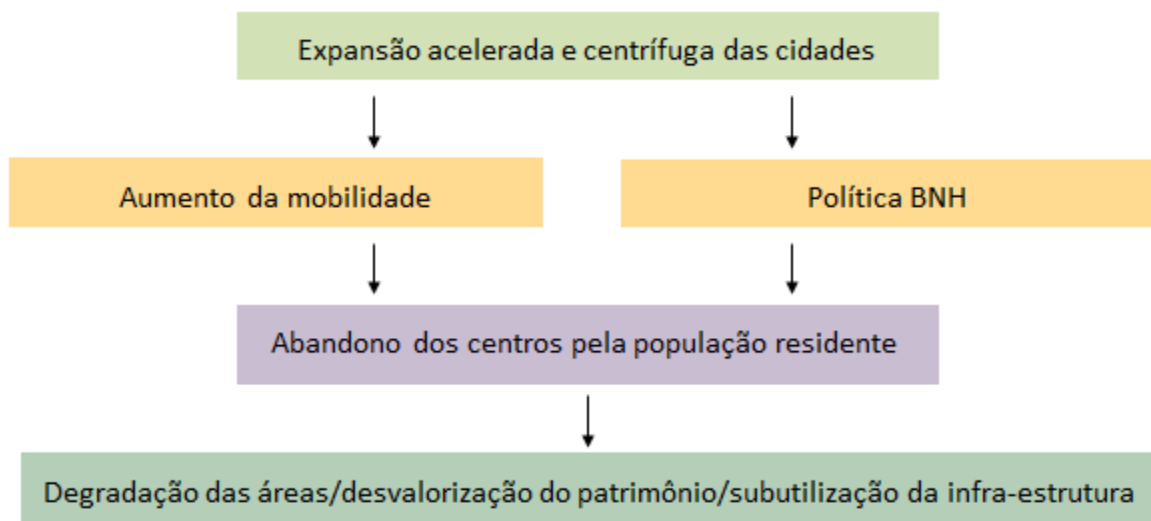


Figura 79: Esquema dos fatores que culminaram no esvaziamento das áreas centrais.
Fonte: Clemente, 2012.

Por outro lado, ao passo que alguns residentes do bairro Jaguaribe migravam para áreas mais valorizadas da cidade, especialmente na direção leste, seus espaços vazios foram sendo ocupados através da implantação dos conjuntos habitacionais.

De acordo com Oliveira (2010):

A implantação dos conjuntos habitacionais, portanto, trouxe mudanças na paisagem urbana da capital desde 1950. Um exemplo disso foi a inauguração dos conjuntos construídos no bairro de Jaguaribe, tais como a Vila Popular, que contava com 150 unidades habitacionais (UH's), o Conjunto José Américo de Almeida, mais conhecido como Vila dos Motoristas (50 UH's) e o Conjunto dos Bancários (32 UH's), todos construídos antes de 1963. Esses conjuntos modificaram sobremaneira a paisagem do bairro de Jaguaribe ao eliminar, de forma gradativa, alguns dos vazios urbanos e terrenos baldios que ainda existiam naquela localidade, a maioria deles localizados nas proximidades da Mata do Buraquinho (p. 48).

Conforme Villaça (1998), o processo popularmente chamado de “decadência” ou “deterioração” do centro consiste no seu abandono por parte das camadas de alta renda e em sua “tomada pelas classes populares”, podendo se manifestar de diferentes maneiras de acordo com a localidade, lembra Clemente (2012, p. 44).

Oliveira assegura que o

[...] bairro de Jaguaribe, por se configurar como uma área situada nas proximidades do Centro da capital, passou a assumir um papel relevante no período de aceleração das transformações da cidade de João Pessoa quando, ainda na década de 1950, cedeu espaço para a instalação de conjuntos habitacionais populares (2010, p. 51).

Portanto, o incremento populacional através desses conjuntos provocou transformações na paisagem do bairro de Jaguaribe, a partir da produção, na sua organização espacial, de um novo modelo de moradia. Além disso, a partir dos anos 60, Jaguaribe passou a receber alguns investimentos públicos, sob a forma de aparelhamento e serviços de diversos órgãos de do governo estadual em torno do Centro Administrativo do Estado, construído em 1933.

Apesar desse de possuir um complexo de organismos da administração pública, além de localizar-se próximo ao centro da cidade, que apresenta uma gama de serviços dos mais diversos e um forte comércio, apenas nas últimas décadas é que o bairro de Jaguaribe vem apresentando transformações mais intensas em consequência dos investimentos de capitalistas produtivos. Podemos considerar que o bairro de Jaguaribe, nos dias atuais, apresenta um caráter predominantemente residencial, com uma crescente oferta de serviços e comércio, e ainda comércio, como supermercados, bares e lanchonetes.

Além dos equipamentos urbanos já mencionados, no bairro ainda podem ser encontrados outros, tanto públicos quanto privados, muito importantes, como a sede do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), o Tribunal de Contas do Estado, o Fórum Cível Mario Porto, a sede da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), a sede da Casa da Cidadania na área de administração e serviços; Maternidade Cândida Vargas, Policlínica São Vicente de Paula, Hospital Doutor Napoleão Rodrigues Laureano, Hospital Clementino Fraga, Hospital Arlinda Marques, na área da saúde, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

ITALO CALVINO

Com a realização desta pesquisa foi possível compreender que as edificações históricas ainda presentes em diversas ruas do bairro de Jaguaribe resistiram às transformações espaciais e permanecem compondo a paisagem local ao lado de novas formas comuns à contemporaneidade, formando um espaço heterogêneo, e revelam-se como produtos das diferentes formas de apropriação e usos do espaço no decorrer histórico. Portanto, esses elementos refletem a organização social na qual foram engendrados e expressam os diferentes períodos históricos em que foram materializados, representando o modo de vida da camada social que os produziu.

Isso pode ser evidenciado, por exemplo, pela presença de edificações imponentes nas principais vias do Jaguaribe, como forma de expressão das classes mais abastadas que, no a partir da primeira década do século XX, passaram a ocupar os espaços do bairro dotados com melhores condições de moradia, e que imprimiram na paisagem formas que expressaram o seu modo de vida, enquanto as classes pobres ocupavam as áreas menos favorecidas, onde também produziam estruturas segundo suas condições de vida. Dessa forma, a morfologia do bairro foi sendo desenhada seguindo os padrões de relação de poder estabelecidos pela estruturada política e econômica da cidade.

Com a expansão da cidade em direção ao litoral e o surgimento de novos ideais de moradia, a partir da segunda metade do século XX, as classes privilegiadas passaram a migrar para áreas onde vislumbrariam estabelecer um novo modo de vida. Esse cenário de migração das classes ricas e o conseqüente abandono de suas residências em busca de outras áreas que passaram a ser valorizadas é definido por Milton Santos (1988) como o envelhecimento das formas.

Trazendo esse conceito para o nosso estudo, podemos afirmar que a Ruas das Trincheiras sofreu tal processo, uma vez que seus moradores migraram para outros bairros, provocando o abandono de um rico conjunto arquitetônico. Nesse caso verifica-se um envelhecimento tanto social físico, marcado pela desvalorização da área e deterioração das edificações. No caso da Avenida João Machado é possível identificar o processo de formas

velhas para novas funções, no qual vários de seus casarões recebem novas utilizações e usos, readaptados às demandas atuais. No entanto, esses novos usos, bem como a subutilização, a descaracterização e deterioração de edificações de grande valor arquitetônico e cultural preocupam setores da sociedade, pois é preciso preservá-las enquanto elementos da memória visual da cidade.

Dessa forma, acreditamos que este trabalho contribui para o estudo da geografia histórica com a temática morfologia urbana e dialoga com outras áreas do conhecimento acerca dos processos de produção do espaço. Esperamos que o estudo possa suscitar debates e discussões que fortaleçam as pesquisas nas áreas de preservação do patrimônio histórico-cultural, planejamento urbano, turismo, história social, arquitetura, para que possam surgir novas pesquisas e avanços na compreensão sobre a cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista território**, ano 111, n° 4, jan./jun. 1998.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de & Mello, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro**. Fundação Cultural do Estado da Paraíba – FUNCEP – Editora: A União 2ª edição, João Pessoa, 1989.

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos. **Cidade de João Pessoa – A memória do tempo**. 2. Ed., João Pessoa: Grafset, 1993.

ALMEIDA, M. S.; Mog, W. A imagem do ambiente habitacional dos anos 1970 a região metropolitana de Porto Alegre: **“o caso da morada do vale I”**, v. 15 (2013).

ALMEIDA, R. Do 100 ao 735 – a história de formação dos bairros de Juiz de Fora – MG. **ANPUH – XXIII** Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CASTRO, A. M. **Centro Histórico de João Pessoa: Ações, Revitalização e Habitação**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana, UFPB, João Pessoa, Paraíba, 2006.

CHAGAS, W. F. Aspectos históricos do bairro de Jaguaribe. In: **Boletim de Pesquisas UNIPÊ**, João Pessoa, v.2, 2000.

_____. **As singularidades da modernização na cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930**. s.p. 2004. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco.

_____. **Um novo olhar sobre a cidade da Parahyba.** Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ. Departamento de Ciências Sociais e da Natureza, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Programa de Pós – graduação em História, 2012.

CLEMENTE, J. C. **Vazios urbanos e imóveis subutilizados no centro histórico tombado da cidade de João Pessoa - PB.** Dissertação de Mestrado, Departamento de Pós-graduação em Engenharia Urbana e Ambiental, João Pessoa, 2012.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açúcares:** política e economia na Capitania da Paraíba -1585 – 1630. Bauru: EDUSC, 2007.

HALLEY, B. M. O bairro e seus enredos: desatando a trama do lugar na cidade. **XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**, UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e natureza da geografia.** Tradução de Thomaz Newlandes neto: 2. ed., São Paulo: HUCITEC: Edição Universidade de São Paulo, 1978.

LIMA, Glauber Floro. *A Feira de Quarta-feira em Jaguaribe.* 2007. s.p. Monografia (Bacharelado em Geografia). Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba.

LIMA, H.C. A Cidade Frederica: **reconstituição da planta da capital da Paraíba do século XVII. V. 10, n. 3 (2008).**

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade.** Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1997. p.52-74.

MAIA, D. S.; GUTIERRES, H. E. P.; SOARES, M. S. M. A iluminação pública da cidade da Parahyba: Século XIX e início do século XX. **Revista de História e Estudos Sociais.** Volume 6 Ano VI nº2, 2009.

MAIA, Doralice Sátyro. Ruas, casas e sobrados da cidade histórica: entre ruínas e embelezamentos, os antigos e os novos usos. **Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, V. XII, n° 270 , 2008.

MARTINS, Paula Dieb. **Paisagem em movimento**: As transformações na Avenida Presidente Epitácio Pessoa de 1980 a 2001. João Pessoa: 2004 (Dissertação de Mestrado. PPGEU – Universidade Federal da Paraíba).

MENDONÇA, J. B.; GONÇALVES, R. C. Em busca de uma compreensão do espaço humano: origens e ocupação da cidade de João Pessoa e do bairro de Jaguaribe (século XVI ao século XIX). **Revista de História e Estudos Sociais**. Volume 3 n°3, 2010.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução: Neil R. da Silva. São Paulo, Editora Martins Fontes/UNB, 1998.

NASCIMENTO, Rebeca Maria Aguiar. **As Transformações na cidade da Parahyba**: as apropriações e comercializações do espaço e a segregação socioespacial no Subúrbio Jaguaribe. João Pessoa: 2013. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal da Paraíba.

NOGUEIRA, R. C. As singularidades do bairro na realização da cidade. **GEOGRAFARES**, Vitória, v. 1, n° 1, jun. 2000.

OLIVEIRA, Juliana Barros de. **O Bairro de Jaguaribe**: origens, ocupação e formas de uso do seu espaço (1930-1960). João Pessoa: 2010. Monografia (Licenciatura em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba.

PALMEIRA, Balila. **O Bairro de Miramar**: sua história seus moradores. João Pessoa: Grafset, 1997.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA – PMJP. **Lei nº 054, de 23 de dezembro de 2008.** Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor do município de João Pessoa, aprovado pela lei complementar Nº 03, de 30 de dezembro de 1992, às diretrizes e instrumentos para gestão urbana instituídos pela lei federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, estatuto da cidade e cria o conselho da cidade.

RIBEIRO, Emilson Ponce Leon. **Retratos de Jaguaribe: Um Passeio Histórico de 1940 a 1970.** João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica: A Cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854-1927).** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia).

SANTOS, M. A. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª edição, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia.** Hucitec. São Paulo 1988.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica.** São Paulo: Hucitec, 1980. 236 p.

SCCUOGLIA J. B. C.; TAVARES, M. D. História e Memória da Igreja da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Mestrado em Gestão de Negócios - Universidade Católica de Santos. **Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo**, v. 6, n. 8, 2009.

SILVA, I. L. **Representação iconográfica em dois momentos: Século XX e XXI em João Pessoa.** Monografia da Universidade Federal da Paraíba curso de Geografia. João Pessoa, 2010.

SILVA, L. M. T. **Fotografia e Paisagem Urbana.** Universidade Federal da Paraíba, 2001.

_____. **Trajetórias pela Geografia Histórica.** IN: BEZERRA, Amélia Cristina Alves *et al.* (orgs) Itinerários Geográficos. Niterói: Eduff, 2007.

SILVA, Regina Celly Nogueira da Silva. **As Singularidades do Bairro na Realização da Cidade: um estudo sobre as transformações na paisagem urbana do bairro da Torre na cidade de João Pessoa.** 1999. 142 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

SMITH, Roberto. **Propriedade da Terra e transição:** estudos da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Editora brasiliense, 1990.

SOARES, M. S. M.; MARIA, D. S.; MOURA FILHA, M. B. B. L. **As Transformações do uso de solo da Avenida João Machado em João Pessoa – PB.** III Seminário Internacional Urbicentro, 2012.

TINEM, Nelci *et al.* Trincheiras: a expansão para o sul. In: TINEM, Nelci (org). **Fronteiras, Marcos e Sinais: leituras das ruas de João Pessoa.** João Pessoa: Editora Universitária/Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2006.

VIDAL, Wylna Carlos Lima. **Transformações Urbanas:** a modernização da capital paraibana e o desenho da cidade (1910-1940). João Pessoa: 2004 (Dissertação de mestrado. PPGEU – Universidade Federal da Paraíba).